



município de **Olhão**

...mais para si!



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DE GESTÃO 2014





município de **Olhão**

...mais para si

RELATÓRIO DE ATIVIDADES



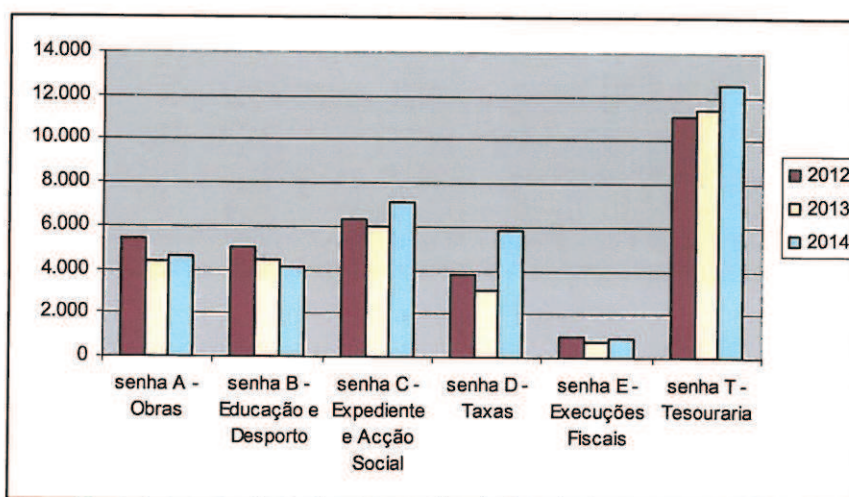
I. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1.1 Acolhimento ao Munícipe (Balcão Único)

O Balcão Único do Município de Olhão, inaugurado em 06 de fevereiro de 2012, foi uma aposta ganha em termos de atendimento ao munícipe, no âmbito do ambicioso processo de modernização administrativa no nosso país, na medida em que assenta num atendimento personalizado e centralizado no mesmo espaço físico, com uma forte vertente no atendimento digital em colaboração com a Agência para a Modelização Administrativa IP (AMA), nomeadamente pela utilização do Balcão do Empreendedor (BdE).

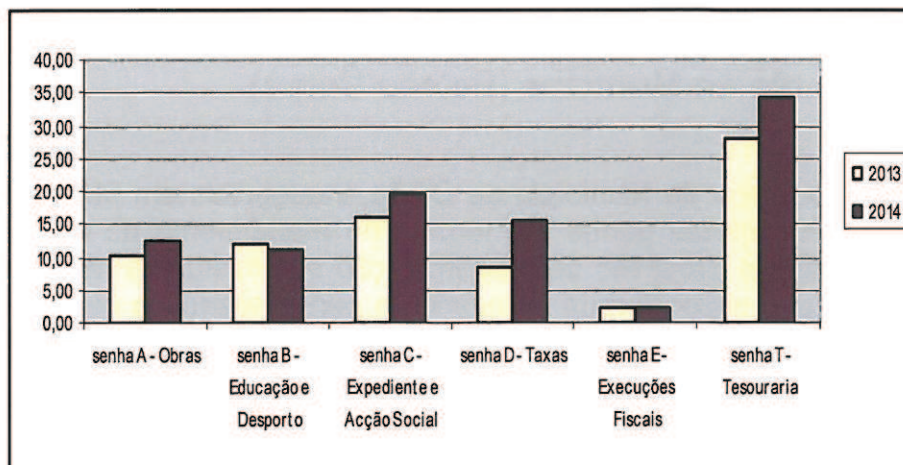
O atendimento mediado via BdE tem vindo a crescer fortemente desde a vigência do decreto-lei nº 48/2011, de 1 de abril, que veio simplificar o regime de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa licenciamento zero.

O Balcão apresenta ao longo destes três anos de funcionamento um movimento constante, tendo sido em matéria de Expediente e Ação Social (C) e de Taxas e Licenças (D) que se notou um ligeiro aumento, proporcional com a redução do número de atendimentos em matéria de Obras Particulares e também em sede de Educação e Desporto, neste caso motivado pela possibilidade de efetuar os pagamentos relativos à Educação através de referências multibanco.



O tempo médio de atendimento aumentou em 2014, face a idêntico período do ano anterior, com exceção dos assuntos de Educação e Desporto, tendo sido no passado ano mais demorado em matéria de Expediente e Ação Social. Passou de 9,74min em média em 2013 para 12,23min em média para

2014, para o qual contribuiu enormemente o atendimento mediado em matéria de licenciamento zero.

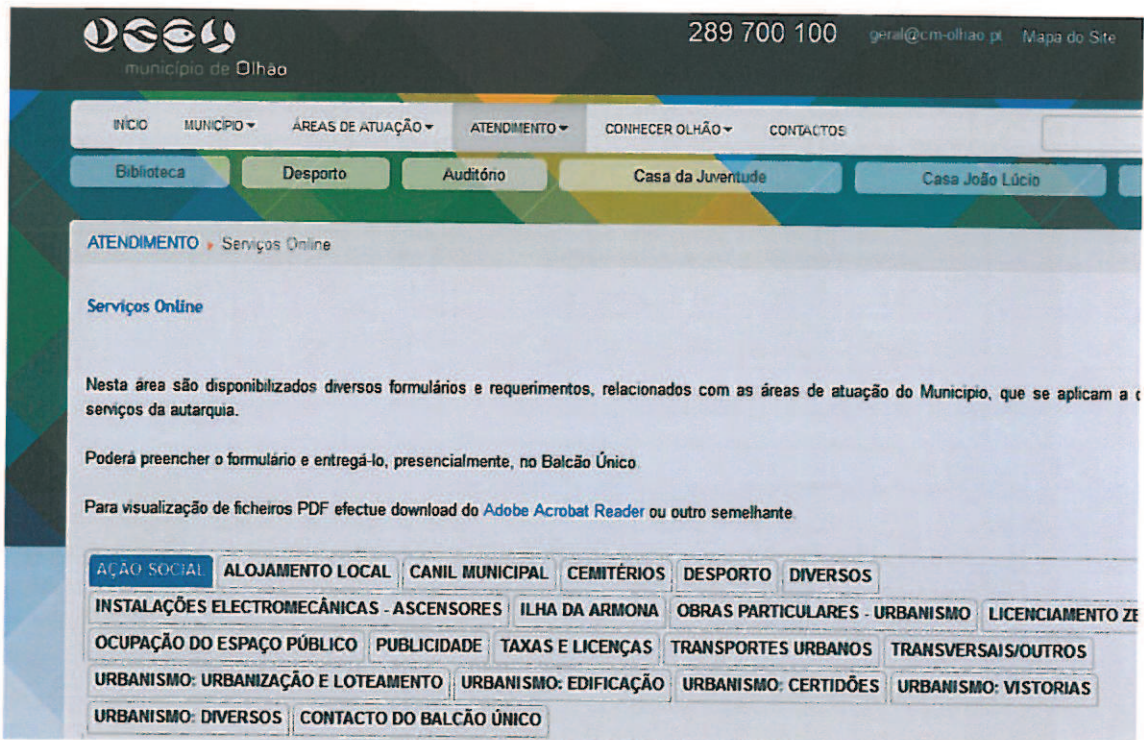


Balcão Único / Algarve Central

No âmbito da parceria intermunicipal Algarve Central demos continuidade ao projeto de transformação/uniformização dos formulários/requerimentos utilizados nos vários municípios participantes e adicionando-lhes funcionalidade de edição.

1. Coordenando a implementação dos formulários ligados às taxas e licenças no conjunto dos 6 municípios.
2. Adaptando os formulários do urbanismo (coordenado por Faro) à nossa realidade.

Em consequência desta opção de simplificação, uniformização de procedimentos e formulários disponíveis, quer no Balcão Único para preenchimento presencial, quer no nosso website, para preenchimento informático e posterior entrega ou envio por mail, foram implementados cerca de 125 formulários (taxas, urbanismo, ação social, canil municipal, casa João Lúcio, entre outros) permitindo evitar erros processuais.

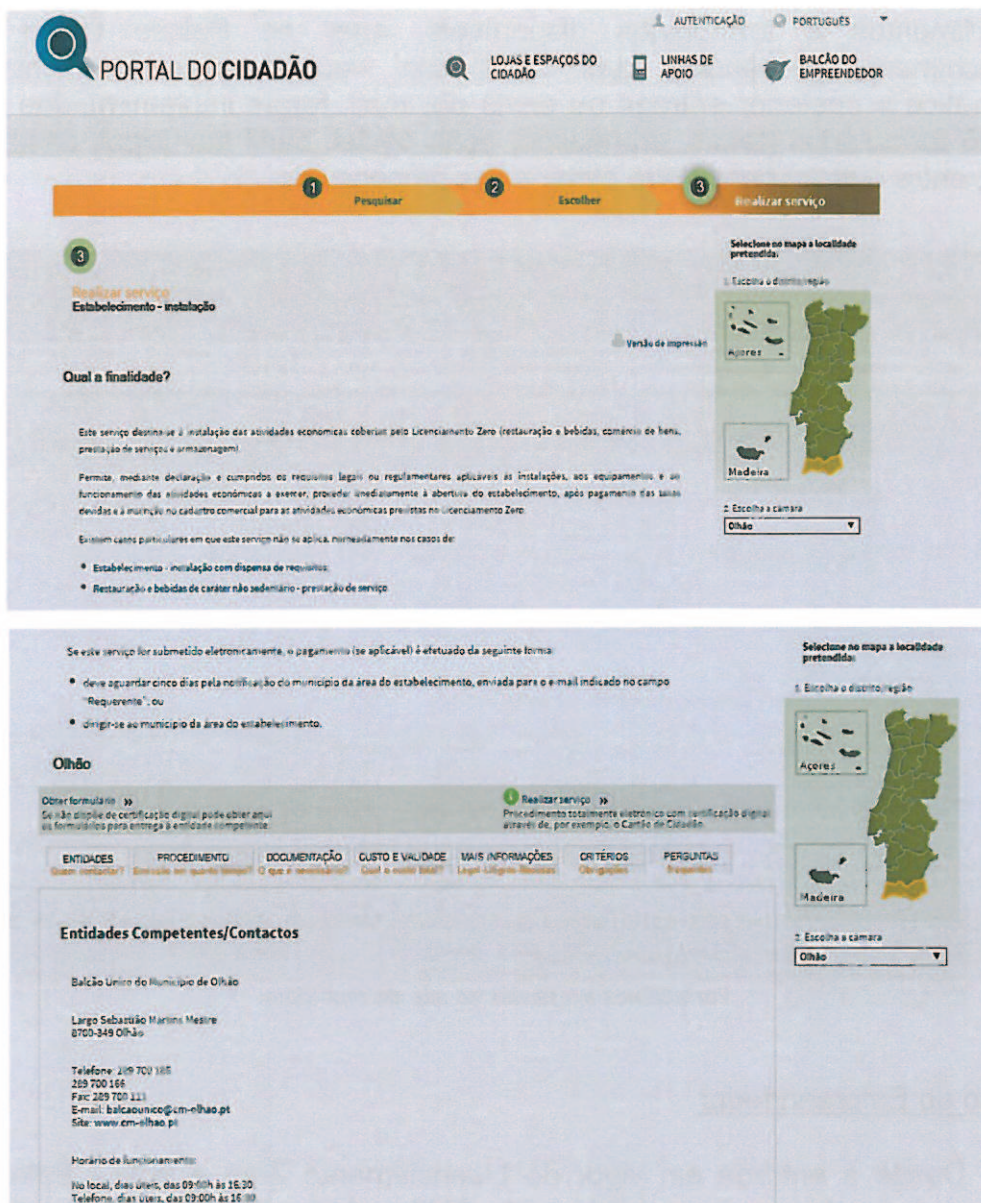


Formulários acessíveis no site do município.

Balcão do Empreendedor

Desde a entrada em vigor do Licenciamento Zero e BdE - Balcão do Empreendedor (da responsabilidade da AMA – Agência para a Modernização Administrativa disponível em <http://bde.portaldocidadao.pt>), que o Município de Olhão disponibiliza nas Fichas de Serviço de cada formalidade as informações necessárias à realização do serviço. Foram recolhidas, compiladas e carregadas as informações a disponibilizar ao utente.

Esta plataforma online permite ao cidadão/empresário consultar toda a informação relacionada com o serviço bem como concretizar o pedido sem se deslocar ao Município. No Balcão Único do Município presta-se um serviço de mediação, onde se presta todo o apoio e esclarecimentos necessários à correta submissão do pedido.



PORTAL DO CIDADÃO

AUTENTICAÇÃO PORTUGUÊS

LOJAS E ESPAÇOS DO CIDADÃO LINHAS DE APOIO BALCÃO DO EMPREENDEDOR

1 Pesquisar 2 Escolher 3 Realizar serviço

3 Realizar serviço
Estabelecimento - instalação

Qual a finalidade?

Este serviço destina-se à instalação das atividades económicas cobertas pelo Licenciamento Zero (restauração e bebidas, comércio de bens, prestação de serviços e armazenagem).

Permite, mediante declaração e cumpridos os requisitos legais ou regulamentares aplicáveis às instalações, aos equipamentos e ao funcionamento das atividades económicas a exercer, proceder imediatamente à abertura do estabelecimento, após pagamento das taxas devidas e à inscrição no cadastro comercial para as atividades económicas previstas no Licenciamento Zero.

Existem casos particulares em que este serviço não se aplica, nomeadamente nos casos de:

- Estabelecimento - instalação com dispensa de requisitos;
- Restauração e bebidas de carácter não sedentário - prestação de serviço.

Se este serviço for submetido eletronicamente, o pagamento (se aplicável) é efetuado da seguinte forma:

- Deve aguardar cinco dias pela notificação do município da área do estabelecimento, enviada para o e-mail indicado no campo "Requerente", ou
- Dirigir-se ao município da área do estabelecimento.

Olhão

Obter formulário »
Se não dispõe de certificação digital pode obter aqui os formulários para entrega à entidade competente.

Realizar serviço »
Procedimento totalmente eletrónico com certificação digital obrigatória de, por exemplo, o Câmbio de Casalim.

ENTIDADES PROCEDIMENTO DOCUMENTAÇÃO CUSTO E VALIDADE MAIS INFORMAÇÕES CRITÉRIOS PERGUNTAS
Quem contactar? Entidade em qual região? O que é necessário? Qual o custo total? Legislação/Requisitos Obrigações Preços

Entidades Competentes/Contactos

Balcão Único do Município de Olhão

Largo Sebastião Marins, Madine
8700-349 Olhão

Telefone: 289 700 188
289 700 166
Fax: 289 700 123
E-mail: balcao@cm-olhao.pt
Site: www.cm-olhao.pt

Horário de funcionamento:
No local, dias úteis, das 09:00h às 16:30
Telefone, dias úteis, das 09:00h às 16:00

Selecione no mapa a localidade pretendida:
1. Escolha o distrito/região
Açores Madeira
2. Escolha a câmara
Olhão

Numa fase inicial o BdE só disponibilizava informações e apenas era possível descarregar um PDF para preenchimento manual e posterior entrega presencial. Com o decorrer do tempo e alterações legislativas assim como regulamentares, a plataforma passou a disponibilizar pdf's editáveis.

A 28 de abril de 2014, o município, a convite da AMA, aderiu à chamada fase piloto do BdE que, no Algarve, apenas contava com Tavira e Vila do Bispo.

No Balcão Único passou a ser possível inserir os pedidos do requerente, desde que devidamente autorizados pelo mesmo, diretamente numa plataforma comum às várias entidades envolvidas (DGAE, ASAE, Turismo de Portugal, etc.). Além da inserção do pedido é possível receber em numerário ou gerar referências para pagamento via multibanco.

Esta plataforma permite um acompanhamento da evolução do processo através de notificações por email.

Prioridade	N.º pedido	N.º processo	N.º proc. ext.	Serviço	Tipo comunicação	NIF/NIPC	Data pedido	Data submissão	Data limite	Estado processo	Acesso	Reservado por
	390	390/2014		Ocupação de espaço público - Anúncio luminoso/iluminado/eletrónico	MCP	1303000011	30-04-2014	30-04-2014	--	Processo arquivado		--

Detalhe do processo | Notificações | Documentos | Historia de notificações | Historico de processos | Fechar

Dados do pedido

NIF/NIPC: Requerente: E-mail:
 Canal do pedido: Presencial Data do pedido: 30-04-2014 Entidade competente: CM Olhão
 Estabelecimento: Snack Bar Olhão

Dados do processo

Processo: Ocupação de espaço público - Anúncio luminoso/iluminado/eletrónico Data de submissão: 30-04-2014
 Tipo de processo: Mens comunicação prévia Estado: Processo arquivado
 Data limite de atribuição de custos: - Data de atribuição de custos: -
 Decisão: Sem decisão Data limite de decisão: - Data de decisão: --

Dados de pagamento do processo

Não foi encontrado nenhum pagamento para esse processo.

Outros serviços requeridos neste pedido

N.º processo	Serviço	Tipo de comunicação	Entidade competente
390/2014	Ocupação de espaço público	MCP	CM Olhão

Desde que se utiliza esta plataforma de atendimento mediado/presencial, já foram inseridos 1186 processos distribuídos pelos diversos serviços disponíveis.

Número de processos requeridos no período de 27-04-2014 a 17-03-2015

Serviço/Fomalidade	Tipo	Total
Estabelecimento - instalação	Presencial	14
	Online	1
Estabelecimento - instalação com dispensa de requisitos	Presencial	0
	Online	0
Restauração e bebidas de caráter não sedentário - prestação de serviço	Presencial	27
	Online	0
Estabelecimento - modificação	Presencial	148
	Online	1
Estabelecimento - encerramento	Presencial	5
	Online	0
Horário de funcionamento - com unificação ou alteração	Presencial	210
	Online	1
Ocupação de espaço público	Presencial	214
	Online	0
Alojamento local - Registo de estabelecimentos já existentes	Presencial	503
	Online	0
Alojamento local - Cancelamento do Registo	Presencial	3
	Online	0
Alojamento local - registo	Presencial	33
	Online	5
Alojamento local - alteração dados	Presencial	5
	Online	0
Alojamento local - Cancelamento do Registo	Presencial	3
	Online	0
Alojamento local - cessação de atividade	Presencial	10
	Online	0
Alojamento local - Cancelamento do Registo	Presencial	3
	Online	0
Total		1186

Destes 1186 processos 144 foram pagos com recurso a referências multibanco gerando uma receita de 9 642,53 €.

1.4 Arquivo Municipal

No ano de 2014 o Arquivo levou a efeito a continuidade dos trabalhos de digitalização de documentos originais e fotografias diversas que constituem o seu espólio documental, nomeadamente do “Fundo João Lúcio” e “Paróquia da Freguesia de Olhão”, bem como efetuou diversas tarefas com vista à continuação e manutenção da base de dados contendo informação de velocípedes, motociclos e ciclomotores.

Em termos de difusão cultural, deu-se continuidade à rubrica Arquivo Vivo, a qual consiste na divulgação mensal de um documento do seu acervo na Agenda Municipal e na exposição do original no edifício do Arquivo Municipal.

Foi ainda realizada, em conjunto com o Núcleo de Olhão da Liga dos Combatentes, a exposição documental "O Soldado Português na I Grande Guerra", a qual esteve patente na Galeria da Biblioteca Municipal de Olhão entre 5 e 8 de Junho de 2014.



1.5 Investimento em Obras Municipais

Durante o ano de 2014 o investimento em obras continuou condicionado pela atual conjuntura económica e financeira do país que afeta todos os setores da nossa sociedade.

Foram concluídas as empreitadas de Requalificação de Largos na Zona Histórica, Construção de Ecocentro, Construção de 128+192 catacumbas no Cemitério 16 de Junho, Reparações na Escola EB1 e Jardim de Infância da Chasfa e Reparação de Bermas e Serventias na EN125 na zona de Alfandanga.

- Construção do Ecocentro



- Requalificação de Largos na Zona Histórica



Largo do Carolas



Gaibéu



Largo João da Carma



Praça Patrão Joaquim Lopes



Largo da Fábrica Velha

1.6 Planeamento Urbanístico

No âmbito do planeamento urbanístico, durante o ano de 2014, e na continuidade dos anos anteriores, foi dada ênfase ao acompanhamento de Planos Municipais de Ordenamento do Território, nomeadamente o Plano de Pormenor da Zona Histórica da Cidade de Olhão, o Plano de Pormenor do Parque Urbano – UOP8 de Olhão e a Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM).

O Plano de Pormenor da Zona Histórica de Olhão encontra-se em fase de Proposta de Plano, que corresponde à proposta final com as soluções urbanísticas, que se pretendem implementar na área de intervenção. Por vicissitudes várias, decorrentes de novas perspetivas urbanísticas para a zona antiga, assim como de alguns constrangimentos financeiros, o executivo encontra-se a analisar a proposta. No decurso de 2014 foi homologada a cartografia do plano pela Direção Geral do Território.

A Fase III da proposta de plano do Plano de Pormenor - UOP8 do Parque Urbano da Cidade de Olhão, foi aprovada em reunião de Câmara de 1 de Outubro de 2014.

Relativamente ao processo de revisão do PDM de Olhão, foi aprovado em reunião de Câmara o Relatório de Avaliação de Execução 1995 – 2014 e deliberado dar início ao processo de revisão, tendo decorrido o período de audiência pública, conforme estipulado no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

1.7 Educação

Manutenção, apetrechamento e melhoramento do Parque escolar

Considerando a importância de operacionalizar uma estratégia integrada de gestão local do parque escolar, para responder às necessidades dos estabelecimentos de ensino, bem como da necessidade de privilegiar o papel dos Agrupamentos de Escolas no diagnóstico das necessidades e na definição de medidas de planeamento educativo, promotoras da agilidade e eficiência e zeladoras de um parque escolar favorável à prática educativa, o Município continuou a investir no contínuo melhoramento do Parque existente.

Durante o ano 2014 foram rececionados no Município 952 pedidos de intervenção para as 18 escolas (JI/EB1) dos 4 agrupamentos de escola do Concelho de Olhão. Estes pedidos foram encaminhados para os departamentos competentes e mais de 60% dos pedidos foram prontamente resolvidos.

Foi celebrado um protocolo entre o Município e as escolas de 2º e 3º ciclo, no âmbito do apetrechamento e manutenção das referidas escolas. Neste protocolo foi atribuído o montante de € 20.000,00, para cada agrupamento de escolas.

Para além das pequenas melhorias efetuadas em vários espaços, evidencia-se em 2014 a inauguração de duas novas salas de jardim-de-infância: uma na Escola N°6 e outra na Escola de Moncarapacho.



Auxílios Económicos

O Município de Olhão considera que os auxílios económicos, aos alunos inseridos em agregados familiares, cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações, para fazer face aos vários encargos com a educação, são fundamentais para garantir que as condições sociais e económicas de cada um, não venham a condicionar, irremediavelmente, o seu percurso escolar.

Nesse âmbito, em 2014, continuou a desenvolver uma política de ação social escolar, traduzida na atribuição de auxílios económicos, aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico e às crianças que frequentam a rede pública de Educação Pré-Escolar.

Durante o ano de 2014, foram executados os seguintes valores:

Designação do Agrupamento	1º Ciclo do Ensino Básico		Educação Pré- Escolar		Valor a atribuir por Escola
	Alunos com ASE		N.º de Salas	Valor	
	N.º	Valor			
Prof. Paula Nogueira	413	€ 27.540,50	10	€ 3.650,00	€ 31.190,50
João da Rosa	244	€ 16.292,50	7	€ 2.555,00	€ 18.847,50
Dr. Francisco Fernandes Lopes	182	€ 12.293,00	7	€ 2.555,00	€ 14.848,00
Alberto Iria	250	€ 16.748,50	3	€ 1.095,00	€ 17.843,50
Totais	1089	€ 72.874,50	27	€ 9.855,00	€ 82.729,50
Valor Total a Atribuir	€ 82.729,50				

Atividades Promovidas com as Escolas:

À escola foi cometida a função de complementar de socialização primária da criança, iniciada, principalmente, na família, procedendo de forma a promover o desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo, e ao mesmo tempo procurando que o aluno adquira uma "identidade cultural específica.". Nesse sentido, o Município promoveu, conjuntamente, com as escolas, atividades que funcionassem como catalizador para a integração e a aprendizagem das crianças.

Neste âmbito realizámos:

Desfile de Carnaval Infantil

O desfile de Carnaval Infantil é, sem dúvida, uma oportunidade para trabalhar aspectos fundamentais do desenvolvimento da criança, como a criatividade, a coordenação motora, a cognição e também a socialização.

Percebendo a importância do referido, o Município organizou no dia 28 de Fevereiro de 2014, um desfile de carnaval infantil, que contou com a participação de mais de 1100 crianças das várias Escolas do 1º ciclo e dos Jardins-de-infância da rede pública e do sector privado.



Semana da criança e do Ambiente

O Município de Olhão promoveu, conjuntamente, os dias: “Mundial da Criança” e do “Ambiente”, através da organização da “SEMANA DA CRIANÇA E DO AMBIENTE, OLHÃO 2014”. Durante os dias 3, 4, 5, 6 e 9 de Junho, o Jardim Pescador Olhanense foi palco para ateliês, palestras, exposições, insufláveis e outras atividades, tendo como convidados de honra as cerca de 3000 crianças da Educação Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, público e privado do concelho de Olhão.

Este evento teve como objetivo, para lá da promoção de gratificantes momentos de animação e convívio, proporcionar a possibilidade das Escolas e Jardins-de-Infância apresentarem aos seus pares e a toda a comunidade em geral, resumos das atividades mais significativas realizadas ao longo do ano letivo.

O tema este ano foi “Ambiente - Conhecer para Proteger!” as escolas foram convidadas a realizar o cartaz deste evento, a escola que venceu este concurso foi a escola nº6.



1.8 Ação Social

De acordo com a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro os municípios também têm atribuições nos domínios da ação social e habitação.

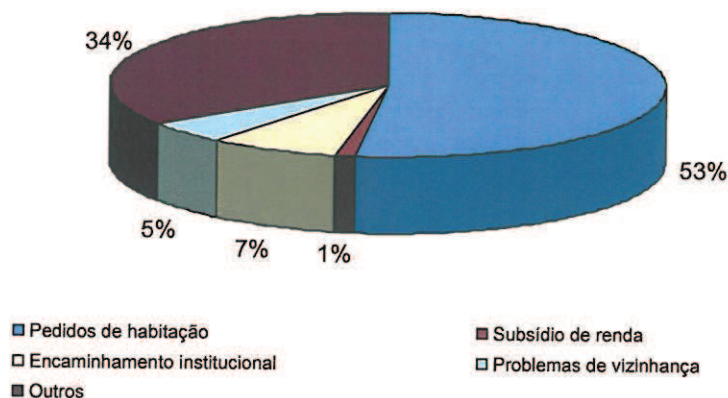
Apoio à comunidade e à família

De acordo com as competências da câmara municipal, o Município tem orientado a sua intervenção para a promoção de respostas dirigidas a indivíduos que se encontram em situação de carência.

Neste sentido, têm sido promovidas algumas iniciativas de apoio onde se destacam várias medidas a famílias carenciadas do concelho, sob a forma de subsídios financeiros, acompanhamento de munícipes/famílias, celebração de protocolos com entidades, entre outros.

O apoio prestado pelas técnicas de ação social aos munícipes, efetuado nas instalações do Município durante o ano de 2014, totaliza 316 atendimentos, distribuídos de acordo com as seguintes tipologias.

Tipologia do Atendimento



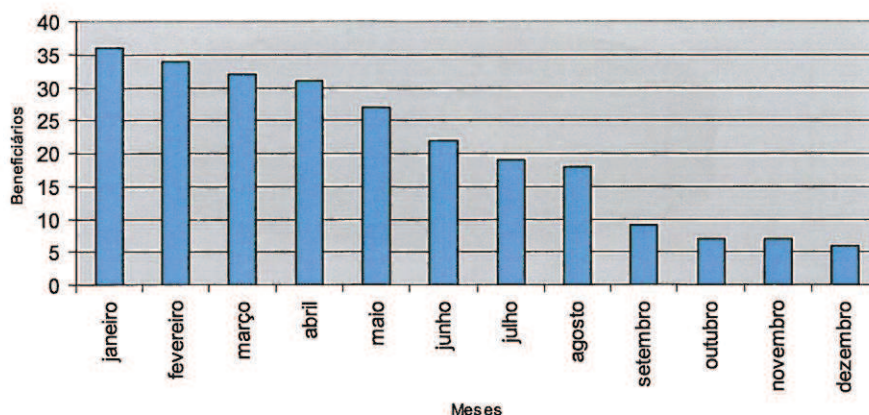
Da análise do gráfico constata-se que mais de 50% dos atendimentos efetuados estão relacionados com pedidos de habitação, que resultam, muitas vezes, de ações de despejo efetuados pelos senhorios e/ou insuficiência de rendimentos do agregado para suportar as rendas praticadas no mercado.

É de referir que a tipologia “outros” diz respeito a problemas de limpeza de espaços comuns dos bairros de habitação municipal, requalificação das habitações e questões relacionadas com os arrendamentos municipais.

O acompanhamento de munícipes/famílias em situação de vulnerabilidade social, desenvolveu-se em parceria com o Centro de Saúde de Olhão, o Instituto de Segurança Social, as Forças de Segurança e o Ministério Público, entre outras, abrangendo cerca de 30 agregados familiares. No âmbito desta medida de apoio são elaborados pareceres técnicos com vista à promoção da qualidade de vida dos grupos específicos, nomeadamente crianças, idosos e portadores de doença crónica.

No âmbito do subsídio de renda para habitação, e como pode ser observado no gráfico que se segue, no início do ano estavam a ser apoiados 36 agregados familiares, cujos subsídios foram atribuídos nos anos anteriores, tendo o município suportado um custo de € 38 258,60. No mês de dezembro, apenas 6 agregados familiares continuavam a beneficiar deste apoio.

Subsídio de Renda



Durante o período em análise foram suspensos 3 subsídios de renda para habitação por incumprimento por parte dos beneficiários.

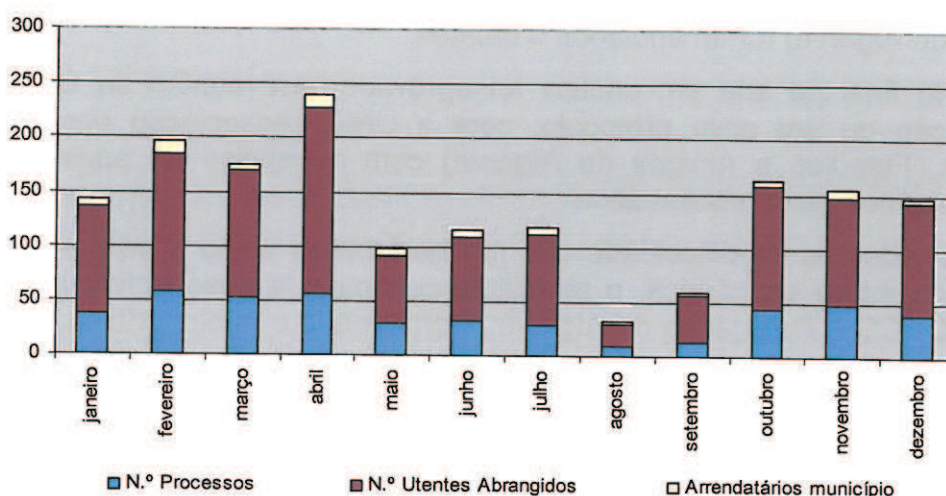
Com o objetivo de ultrapassar constrangimentos e limitações do regulamento para atribuição de subsídio de renda para habitação, bem como tentar apoiar um maior número de munícipes, procedeu-se à alteração do mesmo, tendo sido publicado em Diário da República.

No apoio ao ensino superior, foram atribuídas, por um período de 10 meses, 12 bolsas de estudo a alunos não deslocados e 7 a alunos deslocados, perfazendo um total de €23 400,00.

Entretanto, procedeu-se à alteração do regulamento de atribuição de bolsas de estudo e, no final do ano de 2014 realizaram-se os procedimentos relativos à abertura do concurso para atribuição de 20 bolsas de estudo para o ano letivo 2014/2015, cujo período de apresentação de candidaturas decorreu até 28 de Novembro. Foram formalizadas 37 candidaturas, que se encontram em análise.

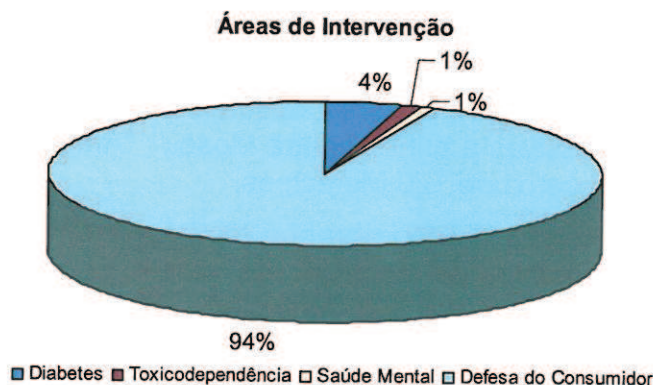
No que se refere ao Rendimento Social de Inserção, o Município participou em 38 reuniões do núcleo local de inserção, disponibilizando uma técnica, que colaborou na formalização de 448 acordos de inserção negociados com os beneficiários e respetivos agregados familiares, abrangendo 1113 utentes.

Rendimento Social de Inserção



De salientar que cerca de 18% dos beneficiários com acordos de inserção celebrados correspondem a arrendatários da habitação social do Município.

No âmbito do apoio à comunidade e à família o Município geriu e acompanhou 4 protocolos celebrados com instituições nas áreas da toxicod dependência, diabetes, saúde mental e defesa do consumidor, abrangendo 514 utentes com carências económicas.



Através do protocolo celebrado com a Associação para o Estudo da Diabetes Mellitus e de Apoio ao Diabético do Algarve (AEDMADA), foram encaminhados cerca de 23 munícipes para acompanhamento e apoio diabetológico.

Relativamente ao protocolo celebrado com o Grupo de Ajuda a Toxicod dependentes (GATO), o Município apoiou 5 utentes na integração em duas unidades de desabilitação “Torre D’Aires” e “Azinheiro”, em regime de internamento, sendo que no final de dezembro continuavam 3 munícipes em tratamento.

Inserido no protocolo celebrado com a ASMAL (Associação Saúde Mental do Algarve) foram apoiados 5 utentes.

No final do ano em análise foi aprovado, em reunião de Câmara, a celebração de um novo protocolo, com a UNIR (Associação dos Doentes Mentais, Famílias e Amigos do Algarve) com o objetivo de apoiar mais 5 munícipes com esta problemática.

Conscientes da dificuldade que muitas famílias estão a passar devido à atual conjuntura económica, o município continuou a desenvolver a parceria com a DECO – Delegação do Algarve, promovendo o apoio jurídico ao sobre-endividamento e ao consumo, continuando a disponibilizar aos munícipes assistência e apoio jurídico gratuito nos processos de sobre-endividamento e no direito do consumo em geral. É disponibilizado um espaço onde, 2 dias por mês a partir das 9h30, todos os munícipes podem gratuitamente:

- a. Dispor de assistência necessária aos processos e temáticas do sobre-endividamento;
- b. Ter o apoio necessário na renegociação dos seus encargos/créditos.

O apoio no âmbito do direito do consumo pode também ser prestado, de forma gratuita, nas instalações da DECO do Algarve em Faro, a todos os residentes no concelho de Olhão.

No âmbito deste protocolo foram atendidos 481 Munícipes, dos quais 22% correspondem a processos de sobre-endividamento e 78% a processos de consumo.

Também, no âmbito deste protocolo realizaram-se várias sessões públicas de esclarecimento sobre temáticas de interesse para a comunidade, como por exemplo sobre “Direitos e Deveres dos Consumidores”; “Gestão do orçamento familiar”; “Vendas agressivas e burlas contra idosos”; “Ambiente” que contaram com a participação de cerca de 120 Munícipes.

O apoio prestado pela divisão abrange também a emissão de pareceres no que se refere aos pedidos de atribuição de tarifário social apresentados por consumidores da empresa Municipal Ambiolhão que sejam beneficiários de Pensão de Velhice ou Pensão de Invalidez.

No ano de 2014 foram analisados cerca de 28 pedidos de atribuição de tarifário social enquadrado nos tipos de prestação social acima referido. Trimestralmente é revista a situação de cada um destes beneficiários para confirmar, ou não, a manutenção das diferentes prestações que lhes dão acesso a este apoio.

Relativamente ao mercado social de arrendamento, ao abrigo do protocolo celebrado entre o Município, a NORFIN, O IHRU e o IGFSS, através do qual é prestado apoio ao nível técnico, administrativo e processual aos Munícipes que pretendem arrendar habitações, foram analisadas 24 candidaturas. O Mercado Social de Arrendamento é uma medida inovadora para famílias que não se encontram nas condições de acesso à habitação

social, mas também não possuem rendimentos suficientes para aquisição de casa própria e que assim poderão aceder ao arrendamento de uma habitação do mercado livre.

Ainda no que diz respeito a projetos em parceria, no âmbito do apoio à comunidade e à família, foi desenvolvido em colaboração com a Capitania do Porto de Olhão um projeto piloto com o objetivo de sinalizar residentes na Ilha da Armona que se encontram em situação de isolamento e/ou vulnerabilidade social. Pretende-se efetuar um acompanhamento frequente aos indivíduos identificados e prestar o apoio possível, procedendo ao seu encaminhamento/acompanhamento na resolução de situações/problema detetadas.

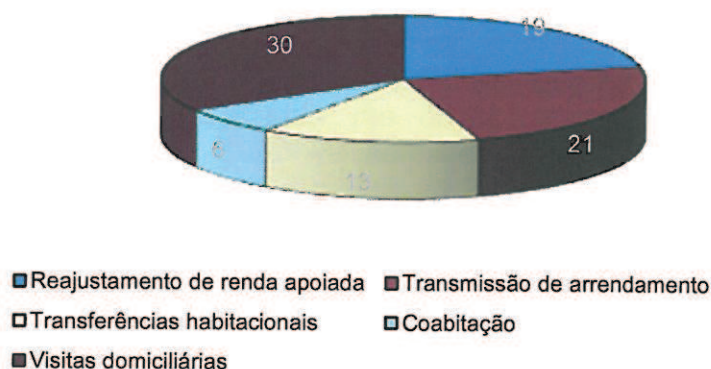
Até ao momento já foram sinalizados 14 agregados, totalizando 22 indivíduos, dos quais 9 do sexo masculino e 13 do sexo feminino. Estima-se que ainda estejam por identificar cerca de 13 indivíduos distribuídos por cerca de 10 agregados.

Habitação e requalificação social

No que respeita ao parque habitacional, é realizada a gestão dos fogos de habitação municipal, o qual conta com 720 arrendatários.

Durante o ano, e de acordo com as situações apresentadas pelos arrendatários, estas foram agrupadas, conforme a sua natureza, por tipologia, de acordo com o gráfico seguinte.

Tipologia dos Pedidos



Foram analisados 19 pedidos de reajustamento de renda, devido a alterações do rendimento mensal corrigido do agregado familiar por morte, invalidez permanente e absoluta, ou desemprego de um dos membros. Destes, cerca de 50% foram aprovados.

Um quarto destes pedidos de reajustamento de renda deram entrada no mês de Dezembro.

Aproximadamente 30% desses processos correspondiam a arrendatários do Bairro Municipal “Rua da Armona”, tendo sido indeferidos por não cumprirem os requisitos exigíveis, conforme legislação em vigor.

Relativamente às transmissões de arrendamento solicitadas, 71% foram objeto de decisão favorável.

Devido à indisponibilidade de habitações somente 1 pedido de transferência habitacional foi satisfeito. A maioria das solicitações está relacionada com questões de mobilidade dos arrendatários às frações e acessibilidade dos edifícios, cuja resolução é difícil, uma vez que o parque habitacional tem cerca de 30 anos e não se encontra com as condições necessárias para o efeito.

As visitas domiciliárias são efetuadas com frequência, para avaliação da situação socioeconómica e habitacional dos arrendatários, bem como para a promoção das condições de segurança habitacional e higiénico-sanitárias dos fogos, junto dos locatários idosos.

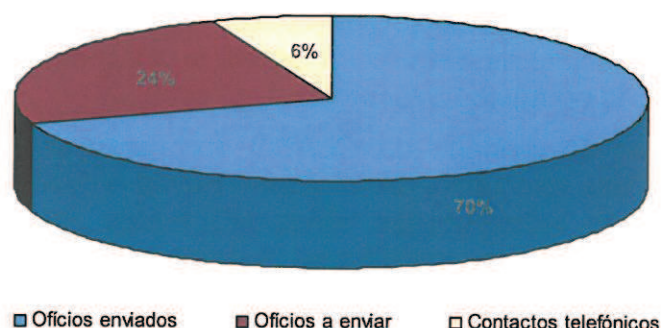
Tem sido objetivo do Município sensibilizar para a manutenção das condições higiénico-sanitárias, informando os arrendatários das suas obrigações referentes a questões de limpeza e regras cívicas, através de envio de ofícios, afixação de avisos, contactos telefónicos e visitas domiciliárias, nomeadamente quando os espaços comuns dos blocos não apresentam as devidas condições de higiene.

Convém referir que algumas das ações realizadas, são efetuadas em parceria com as instituições de solidariedade social, de modo a promover a reabilitação e conseqüentemente a reinserção social dos agregados familiares na comunidade.

A gestão do parque habitacional implica uma constante atualização documental dos processos, tendo em vista a atualização das rendas e regularização das dívidas não prescritas.

Por deliberação camarária foram consideradas prescritas as dívidas anteriores a setembro de 2009, de acordo com a legislação em vigor, que não se encontravam contratualizadas em planos de pagamento e notificados os arrendatários com dívidas não prescritas.

Notificações de dívidas não prescritas



As notificações efetuadas resultaram na elaboração de 71 planos de pagamento de dívidas, correspondendo a 45% dos arrendatários notificados, encontrando-se, no final de 2014, 12 pedidos em análise.

A maioria dos planos elaborados ocorreu nos dois últimos meses do ano, pelo que o seu grau de cumprimento só poderá ser aferido em 2015.

A gestão física do parque habitacional municipal requer uma resposta célere aos pedidos de reparação formulados pelos locatários (cerca de 300), o que ao longo do ano se traduziu em cerca de 100 pequenas e médias reparações efetuadas, sendo na sua maioria problemas de canalizações/entupimentos.

É de referir que as grandes reparações são efetuadas pela divisão de construção, manutenção e energia que devido à situação financeira da autarquia não tem conseguido dar resposta às solicitações. Nas habitações devolutas quando possível também em colaboração com a divisão referida, são efetuadas obras de remodelação.

No decurso do ano procedeu-se à elaboração do regulamento de atribuição e gestão das habitações sociais, tendo sido publicado sob o aviso n.º 9871/2014, na 2ª série, do Diário da República de 02 de setembro de 2014.

Rede Social

O desenvolvimento institucional concretiza-se através da Rede Social, que é um fórum de articulação e congregação de esforços entre os vários parceiros, cuja finalidade é combater a pobreza e a exclusão e promover o desenvolvimento social, através de soluções “próximas” das comunidades, privilegiando os recursos locais e a mobilização das entidades e população para a participação ativa na resolução de problemas.

Através do conselho social constituído por 67 parceiros provenientes de diversas áreas (7 compõem o núcleo executivo) com representação obrigatória do Município e do Instituto de Segurança Social, foram realizadas 3 sessões de plenário, e 6 sessões do núcleo executivo.

Das sessões de plenário da CLASO aprovaram-se vários pareceres emitidos pelo núcleo executivo, bem como novas adesões de entidades. Nestes plenários são apresentados vários programas de interesse para os parceiros, sendo que na última reunião se realizou uma sessão de informação sobre o programa rede social, em parceria com o instituto de segurança social.

As reuniões do núcleo executivo realizadas tiveram como objetivo a monitorização do plano de ação anual, emissão de pareceres apresentados pelos parceiros, delinear o trabalho a realizar para a atualização do diagnóstico social e plano de desenvolvimento social e respetivo plano de ação, bem como a sua avaliação.

A Rede Social de Olhão tem ainda representação e participação nas reuniões do consórcio “Mais Sucesso”, aprovado no âmbito do Programa Escolhas, da responsabilidade da Associação MOJU.

No dia 25 de maio, celebrou-se o Dia Internacional da Criança Desaparecida. O Município de Olhão solidário com a Associação Portuguesa de Crianças Desaparecidas no combate a este flagelo, associou-se a esta causa.

Foi organizada a VI Semana do Bebê, com o tema “Olhem Por Mim – Redes de Suporte à Parentalidade”, que se realizou de 26 de maio a 1 de junho de 2014, incluindo o seminário técnico que decorreu a 30 de maio e a feira que decorreu de 30 de maio a 1 de Junho.

No dia 24 de outubro a rede social em parceria com a Casa da Juventude e a MOJU realizou no auditório municipal uma sessão de informação com o tema: “superar o impossível” que contou com a presença de cerca de 350 participantes.

O Município de Olhão assinalou, entre 11 e 19 de outubro, a “Semana pelo Combate à Pobreza e Exclusão Social”, promovendo atividades nos dias 16 e 18 deste mês, sob o tema “Olhão Solidário: Contribuir para Fazer a Diferença”, nomeadamente passeios no Caíque Bom Sucesso e visitas à Casa João Lúcio/Ecoteca, com realização de 2 workshops, bem como uma marcha passeio pelo Caminho das Lendas. No final da marcha, no Largo da Fábrica Velha, realizou-se um teatro de rua. Nesta marcha os participantes foram convidados a oferecer um produto para o banco do bebê “SOS Miminhos”, da ACASO, de preferência produtos de higiene e roupas para bebê, papas, leite infantil e fraldas.

A Rede Social associou-se ao projeto “Mundo a Sorrir - Sorrisos de porta em porta”, através da divulgação e mediação do projeto que teve como finalidade a realização de rastreios dentários a idosos institucionalizados e/ ou carenciados, tendo participado 5 instituições do concelho.

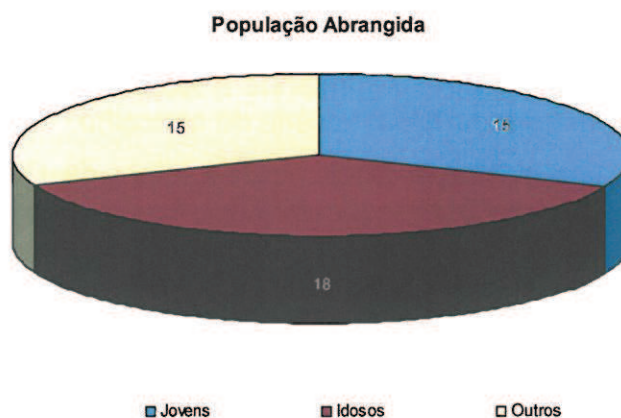
Ainda no âmbito da Rede Social, o Município de Olhão está também representado na Plataforma Supraconcelhia do Algarve que tem como objetivo reforçar a organização dos recursos e o planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio e centra-se na discussão e concertação produzida em torno dos diagnósticos sociais e problemáticas identificadas pelos Conselhos Locais de Ação Social, cuja participação dos técnicos permite o conhecimento atempado das políticas sociais, bem como a troca de experiências.

No âmbito da atualização do diagnóstico e plano de desenvolvimento social (PDS) do concelho realizaram 2 workshops (outubro e dezembro) dinamizados pelo consultor que contaram com a presença de cerca de 40 pessoas representantes das entidades do CLASO, dos quais resultou a constituição de grupos de trabalho que irão debruçar-se sobre vários temas de interesse para o PDS.

Fórum Técnico para a Inclusão

O fórum técnico para a inclusão é uma parceria institucional que integra uma equipa multidisciplinar composta por profissionais das áreas da educação, saúde, emprego segurança pública, segurança social, serviços com intervenção social no concelho, instituições particulares de solidariedade social e autarquia. Tem como objetivo assegurar uma intervenção integrada em rede, no apoio à pessoa e à família, visando uma resposta rápida e eficiente, centrada na família e no utente, sem que o mesmo se desloque inicialmente a todos os serviços.

A organização, coordenação e participação no Fórum Técnico para a Inclusão é da responsabilidade do Município de Olhão, sendo que durante este ano se realizaram 9 reuniões, com cerca de 14 entidades representadas, tendo sido analisados 48 processos.



A população alvo desta intervenção é na sua maioria jovens e idosos, cerca de 31% jovens e 38% idosos, sendo que estes últimos correspondem a situações de isolamento e sem qualquer apoio familiar.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Olhão

Relativamente à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Olhão (CPCJ), o município é representado, por uma técnica superior, dois dias e meio por semana e disponibiliza uma assistente técnica, a tempo-inteiro. O acompanhamento de processos é consubstanciado através de atendimento personalizado, visitas domiciliárias e parcerias com diversas instituições, participação nas reuniões da Comissão na sua modalidade alargada e nas reuniões da Comissão na sua modalidade restrita que se realizam quinzenalmente.

Durante o ano de 2014 foram realizadas 6 reuniões da CPCJ na modalidade alargada e 38 reuniões da CPCJ na modalidade restrita.

Ao longo do ano foram efetuados cerca de 1667 atendimentos na CPCJ de Olhão que no final de 2014 apresentava um movimento processual de 430 processos, tendo sido efetuadas cerca de 80 visitas domiciliárias.

A CPCJ de Olhão participou em vários encontros, sendo de destacar o “mês de prevenção dos maus-tratos na infância”, que se assinalou no dia 9 de abril, o “Il Laço humano azul” que decorreu no dia 29 de abril no jardim pescador olhanense e a iniciativa “litoral ao pedal” que contou com cerca de 25 jovens das 3 aldeias SOS e centro juvenil de Rio Maior que percorreram o país desde Caminha a Vila Real de Santo António, tendo permanecido no concelho de Olhão nos dias 21 e 22 de julho e pernoitado na Escola Básica Integrada José Carlos da Maia.

Realizaram-se também várias sessões de informação/ esclarecimento sobre o funcionamento da CPCJ em agrupamentos escolares do concelho e outras entidades.

1.9 Desporto

Apoio à Atividade Desportiva Formal

O Município de Olhão no objetivo de conceber uma estratégia de desenvolvimento desportivo cooperativo, em que exista um sentido mútuo de responsabilidade e um permanente propósito de colaboração institucional, celebrou durante o ano de 2014 contratos programa de desenvolvimento desportivo.

Com esta atribuição de apoios, o Município de Olhão propôs-se reconhecer e dignificar o trabalho das associações, clubes e coletividades desportivas que contribuem para o desenvolvimento desportivo municipal, segundo regras de isenção e transparência e sempre na perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos e a maximização da eficácia das atividades dinamizadas.

Nesta ótica e de acordo com os artigos, 7º, 46º e 47º da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, a qual define as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto, e ao abrigo do regime constante no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de Outubro e em conjugação com a alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e em consonância com o Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo do Município de Olhão, foram atribuídos em 2014 subsídios através de contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo tendentes a apoiar a atividade desportiva durante a época desportiva de 2013/2014 (2º e 3º trimestre – de janeiro a junho de 2014).

CLUBE	Valor
4 ao Cubo	€ 15.375,00
Bernardette	€ 4.120,00
CDMO	€ 11.775,00
CDO	€ 11.387,50
COP	€ 11.200,00
FC Bias	€ 7.000,00
GCO	€ 34.500,00
GNO	€ 10.885,00
LGCM	€ 9.475,00
SCO	€ 23.232,50
CKO	€ 4.2730,50
TOTAL	€ 181.680,50



Desporto para a Comunidade – Atividades para todos

O desporto/atividade física é um fenómeno com grande relevância social. Observando este facto, o Município durante o ano de 2014 desenvolveu vários projetos dirigidos, sobretudo, a franjas da população com maiores problemas de integração e de acesso à atividade física e desportiva. Assim surgiram e foram dinamizados projetos tais como:

- Vida com Ritmo/Ginástica Sénior - A atividade física promove a melhoria da qualidade de vida nos idosos, retardando o envelhecimento, evitando a atrofia muscular, favorecendo a mobilidade articular, evitando a descalcificação óssea e melhorando a contração cardíaca, além de que, diminui a possibilidade de enfarte, previne a obesidade, aumenta a capacidade respiratória, diminui o risco de coagulação sanguínea, melhora o funcionamento dos rins, melhora as relações sociais, aumenta a predisposição para o trabalho, colabora para o equilíbrio psicoafectivo e contribui para o exercício da cidadania. Considerando que desporto é Saúde o Município de Olhão, desenvolveu e dinamizou um programa de aulas de ginástica sénior em todas as freguesias. Tivemos durante o ano de 2014 um total de 379 participantes regulares nas aulas.

LOCAL	HORÁRIO	Nº INSCRITOS
Moncarapacho	Quartas e Sextas-feiras – 09h30m e 10h15m	63
Quelfes	Terças e Sextas-feiras – 9h30m e 10h15m	89
Fuseta	Terças e Quintas-feiras – 09h30m e 10h15m	64
Pechão	Segundas e Quartas-feiras – 09h30m	26
Olhão	Terças e Sextas-feiras – 09h30m e 10h15m	137
	Segundas e Quintas-feiras – 09h30m	



- Marchas Passeio Algarve - Durante o ano de 2014, o Município de Olhão, disponibilizou aos Domingos, transporte, motorista e um Técnico (Professor de Educação Física) que acompanhou os marchantes do nosso concelho, pelas mais deslumbrantes paisagens da nossa região, descobrindo tesouros únicos, guardados nos mais belos cenários naturais do nosso Algarve, mobilizando mais de 1100 marchantes.

DATA	DESTINO
05-01-2014	Algoz
12-01-2014	Estombar
19-01-2014	Lagos
02-02-2014	Castro Marim
09-02-2014	Messines
16-02-2014	Silves
16-03-2014	Faro
22-03-2014	Estoi
06-04-2014	Paderne
13-04-2014	Pereiro – Alcoutim
27-04-2014	Sagres
04-05-2014	Silves
18-05-2014	Ferragudo
25-05-2014	Tavira
01-06-2014	Loulé
08-06-2014	Monchique
05-10-2014	Quarteira
12-10-2014	Portimão
19-10-2014	Benafim
26-10-2014	Martimlongo
02-11-2014	Salir
09-11-2014	Machados
23-11-2014	Vila Real Stº António
30-11-2014	Messines
07-12-2014	Alvor
14-12-2014	Albufeira



- Krakes de Rua - Durante o ano de 2014, o Município de Olhão deu continuidade ao projeto Krakes de Rua, pelo 6º ano consecutivo. Trata-se de um projeto destinado a crianças de ambos os sexos dos 6 aos 12 anos de idade.

O objetivo do projeto é através de formas lúdicas e jogadas, proporcionar aos jovens, aprendizagem do futebol num contexto de desenvolvimento das suas aptidões físicas, psíquicas e sociais. É sobretudo um projeto que visa a inclusão social, dirigindo a sua ação aos muitos meninos e meninas que gostam de jogar à bola e não estão integrados em nenhum clube ou associação.

Durante o ano de 2014 existiram 2 núcleos de treino, um na Escola EB1 do Largo da Feira e outro na Escola EB1 n.º4, que contaram com quase uma centena de participantes ao longo do ano.



- Expressão Físico Motora - Todas as salas dos jardins-de-infância da rede pública do concelho de Olhão, desde o início do ano letivo tiveram direito a aulas semanais de expressão físico motora.



- Adaptação ao Meio Aquático - Todas as turmas do 3º ano do 1º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho de Olhão foram contempladas com aulas de natação no Complexo das Piscinas Municipais de Olhão.



- Tempos Livres - O direito ao lazer e aos tempos livres é uma conquista dos dias de hoje a que o Município de Olhão dá grande importância, nesse sentido, organizou durante o ano de 2014 diversos eventos e atividades dirigidos à população Olhanense, dando especial enfoque aos programas dirigidos aos idosos e às crianças.

- Festa de Carnaval e Natal/Seniores do Projeto Vida com Ritmo - Com o objeto de promover a socialização e confraternização entre os seniores que frequentam as classes de ginástica foram realizadas durante o ano de 2014, 2 festas comemorativas (chá dançante) que contaram com a participação de cerca de 250 participantes em cada uma.



- Passeios Seniores/Projeto Vida com Ritmo/Programa Mais Vida à Vida - O projeto "Mais Vida à Vida" iniciou-se no ano de 2001 e tem desde então permitido que a população, com idade igual ou superior a 60 anos, residente no concelho de Olhão, visite e conheça novas localidades, com enfoque especial para a descoberta do relevante património natural e construído. Durante o ano de 2014 o Município de Olhão promoveu 12 passeios a 2 destinos, Aljustrel (12 passeios) na Primavera e Sagres/Portimão (12 passeios) no Outono, que mobilizaram 1200 pessoas.



- Campos de Férias - Os Campos de Férias têm como objetivo proporcionar às crianças e jovens do concelho de Olhão momentos de diversão, ao mesmo tempo que estimulam aprendizagens e promovem hábitos de vida saudável recorrendo à prática de atividade física e proporcionando a interatividade entre os participantes.

Aprender...fazendo! É o grande objetivo dos Campos de Férias. Foram realizadas inúmeras atividades, de diferentes áreas e conceitos, sempre supervisionadas por técnicos credenciados. Em 2014 realizaram-se 3 períodos de Campos Férias: Páscoa; Verão e Natal, com a participação total de 350 crianças.



- Marcha Noturna de Olhão - Realizada no dia 14 de junho de 2014, com um percurso de 4,5 km.



- Apoio a outras Entidades na organização de eventos:

- Dia Europeu sem carros solidário



- Gincana Verde



- Jogos de Quelfes



- Corta-Mato (João da Rosa)



- Corta-Mato (Fase Concelhia)



- Zumba Solidária - No dia 1 de Novembro às 15h no Pavilhão dos Olhanenses realizou-se uma aula de zumba com intuito solidário.



ACTIVIDADE
Jogos Tradicionais/Danças
Marcha - Passeio Quelfes
Marcha - Passeio Moncarapacho
Marcha - Passeio Olhão
Marcha - Passeio Fusetá
Marcha/Corrida da Cadeia de Hotéis Real Marina
Rancho Folclórico de Moncarapacho e Etnográfico de Quelfes
9º Concurso de Pesca e Mar do Clube de Caça e Pesca Cavaquense
Corrida dos pequeninos
4º Duatlo da Ria Formosa
Passeio Anual de BTT da Escola EB 2,3 Professor Paula Nogueira
Desfile de Ciclomotores e Carros antigos, organização do Clube de Caça e Pesca Cavaquense
VII Arraial Escutista
Taikai Internacional em Olhão
Semana pelo combate à pobreza e exclusão social
Jogos Quelfes
Corta-Mato Escolar
Torneio de Esgrima
24ª Escalada do Cerro de S. Miguel
Corta-Mato Escolar - Colégio Bernardete Romeira
Semana do Bebê

- Cultura para a Infância

- Hora do Conto – Atividade dirigida aos jardins de Infância.
- Ecoteca - Atividade dirigida a turmas do 1º e 2º ano do 1º ciclo do ensino básico.
- Projeto 5 ao Dia – Atividade de educação alimentar a realizar no MARF. Dirigida a todas as turmas do 4º do 1º ciclo do ensino básico.
- Museu Municipal - Atividade dirigida a todas as turmas do 3º do 1º ciclo do ensino básico.

1.10 Cultura e Juventude

O Serviço de Cultura e Juventude, engloba os espaços Casa da Juventude de Olhão, Biblioteca Municipal de Olhão, Museu Municipal de Olhão, Ecoteca/Casa João Lúcio e Auditório Municipal (Em colaboração com a programação da Fesnima e desenvolvendo atividades complementares). Para além da dinamização dos espaços, cabe a este Serviço o desenvolvimento de outras atividades culturais e para a juventude e a colaboração com iniciativas de outras entidades dentro e fora do concelho.

Durante o ano de 2014, tivemos como prioridade articular a atividade dos diferentes espaços, mantendo a oferta e a dinâmica, rentabilizando os recursos e aumentando a promoção do Serviço e divulgação das mesmas.

Nesse sentido, foram tomadas algumas medidas a nível da reestruturação funcional dos espaços, redefinição de funções dos funcionários, articulação das programações e investimento nos canais de comunicação.

Reestruturação Funcional dos Espaços

Até 2013	A partir de 2014	Observações
Sala Formação (Cave: com mesas e cadeiras)	Ensaio de Bandas	A sala da cave é pouco agradável e, por isso, pouco requisitada para atividades de formação ou outras. Porém, é o espaço ideal, mesmo em termos sonoros, para o ensaio de bandas. É utilizada por uma média de 30 jovens músicos. É também utilizada para aulas de bateria.
Laboratório de Fotografia (Cave)	Laboratório de Fotografia e Estúdio de Música	Sendo pouco utilizado para a fotografia, é muitas vezes ocupado por bandas de música, pois chegam a existir 2 bandas a ensaiar em simultâneo na CJO.
Sala Multimédia (piso 0)	Polivalente para Atividades de Grandes Grupos, Dança, Teatro, outras iniciativas.	É a maior sala de todas e a única capaz de acolher grandes grupos. Serve para oficinas de formação, campos de férias, projetos como as Francisquíadas, etc.
Sala Polivalente (1ºAndar: Formação: cadeiras com palmatoria)	Estúdio de Artes Plásticas	Tendo sido até agora utilizada para formação, artes plásticas, dança, teatro, etc (em pequenos grupos) torna-se muito complicado a gestão das atividades, nomeadamente no que diz respeito ao "tira e põe" cadeiras, e à dimensão reduzida do espaço. Muitas vezes, as aulas de desenho têm de ser realizadas no Gabinete Técnico, por esta sala estar ocupada.

<p>Gabinete Técnico (piso 1)</p>	<p>Sala de Formação com Cadeiras de Palmatória e Computadores</p>	<p>O Gabinete Técnico começou por ser utilizado pelo coordenador da CJO, posteriormente pelo GIP e neste momento alberga a coordenação, os serviços administrativos, o apoio gráfico, a redação do J, reuniões de trabalho e, por vezes, as aulas de desenho. Estes serviços foram distribuídos por 3 salas. Uma de coordenação da Cultura e Juventude, na Biblioteca, uma outra para apoio gráfico e redação do J, também na Biblioteca, e os restantes para as salas da CJO.</p> <p>Esta sala passou a sala de formação, com a mais-valia de integrar os computadores que saíram do serviço Cybera. Podendo a CJO resolver uma necessidade levantada pelo serviço de informática relativo à inexistência de uma sala para formação com computadores.</p>
----------------------------------	-------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Atividades desenvolvidas

Entradas de Utentes

	CJO	BMO	MMO	CJL - Ecoteca
Visitas/Entradas	4 258	57 580	2 719	3 838



Exposições

	CJO	BMO	MMO	CJL - Ecoteca
Exposições	<p>- Exposições Arte: 3</p> <p>- Art Urbana SEN (Dário Silva) 15 DEZ '13 a 15 JAN '14</p> <p>- 10 anos CJO Casa da Juventude 20 MAI '14 a 30 NOV '14</p> <p>- 90 anos AEP AEP – Grupo 6 de Olhão 17 DEZ '14 a 28 FEV '15</p>	<p>- Exposições sobre livros e autores: 12</p> <p>- Exposições de artes plásticas: 11</p> <p>- Exposição de Provérbios Ilustrados - AIP-IAP Tavira (01 a 28 de fevereiro)</p> <p>- Exposição Coletiva de Pintura Pedro Águas e Cláudia Marques (01 a 30 de abril)</p> <p>- Exposição Luxo Lixo de Dário Silva (10 a 30 maio)</p> <p>- Exposição Julian Tuwim – Embaixada da Polónia (02 a 31 de maio)</p> <p>- Exp.: 25 de Abril - Ontem e Hoje - Evocação, memórias e luta – URAP (31 de Maio a 13 de junho)</p> <p>- Exposição Centro de Pintores – JFO (16 a 30 de junho)</p> <p>- Exposição O soldado na I Grande Guerra - Liga Combatentes (05 a 18 de julho)</p> <p>- Exposição de Fotografia Olhão, O invisível – Carla Cruz (27 de Setembro a 11 de outubro)</p> <p>- Exposição de pintura Art Duo de Alfredo Coelho e Isabel Marques (08 a 29 de novembro)</p> <p>- Exposição de Natal ACASO (05 a 19 de dezembro)</p> <p>- Exposição Uma História de Natal – CATL (09 de Dezembro a 09 de janeiro)</p>	<p>- Exposições: 2</p> <p>- Exposição Temporária – Sentinelas de Olhão</p> <p>- Sardine Parade</p>	<p>- Exposições: 3</p> <p>- Lenita Visita Olhão</p> <p>- João Lúcio</p>

Encontros, apresentações, conferências e palestras

	CJO	BMO	MMO	CJL - Ecoteca
Encontros	Encontros: 2	- Encontros com escritores: 17	Conversas de Museu	Sessões: 76
Apresentações	Participantes: 24	- Conferências / palestras: 7		Participantes: 604
Conferências				
Palestras				



Atividades formativas

No âmbito das atividades formativas, o Museu deu início a uma colaboração contínua com as escolas, com visitas regulares, à semelhança do que já vinha acontecendo com a Casa João Lúcio e a Biblioteca. A Casa da Juventude dinamizou 5 oficinas (Teatro, Percussão, Efeitos Musicais, Desenho e BD, Música) de carácter contínuo, com um total de 78 participantes, e desenvolveu um projeto de expressão dramática em 12 turmas do 3º ano, com regularidade quinzenal, durante o 2º e 3º período.

Serviços específicos

A Casa da Juventude tem como principal oferta o apoio ao desenvolvimento de projetos de jovens ou de entidades vocacionadas para a juventude, nomeadamente o apoio gráfico e a disponibilização de espaços. Durante 2014, foram efetuados 717 apoios. Colaborou na produção do J-Jornal Juventude Artes e Ideias.



A Biblioteca realizou 96 sessões de hora do conto, 19 de clube de leitura e 10 ateliers de promoção de leitura, entre outras atividades, totalizando um total de 565 atividades realizadas. Foram efetuados 13919 empréstimos. Tendo sido adquiridas 4583 novos títulos.



O Museu deu início ao ciclo Conversas de Museu, conversa mensais em torno de temas predeterminados e de interesse geral. Deu ainda início à divulgação do percurso das atalaias.



No âmbito da sua atividade regular, a Casa João Lúcio promoveu 38 sessões (com um total de 671 participantes), realizou as comemorações do Dia Mundial da Árvore (com 64 participantes), atividades de Promoção da Biodiversidade (115 participantes) e integrou a Semana do Ambiente.

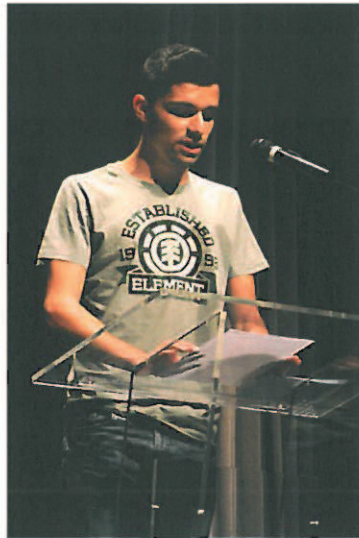


Atividades transversais

Durante o ano de 2014, o Serviço de Cultura e Juventude, para além de manter as atividades de referência, como é o Mostra-te – Mês da Juventude, em que participaram 33 entidades que durante 31 dias mostraram a sua dinâmica, ou o envolvimento de jovens artistas no Festival do Marisco, realizou outros eventos de grande dimensão: 40 anos de 25 de abril; Animação do Caminho das Lendas; Festival Pirata.

“Mostra-te”

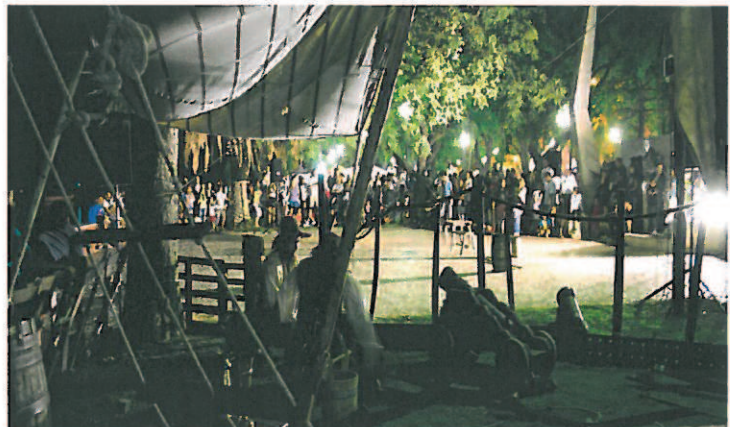




“Caminho das Lendas”



“Festival Pirata”



1.11 Desenvolvimento Económico

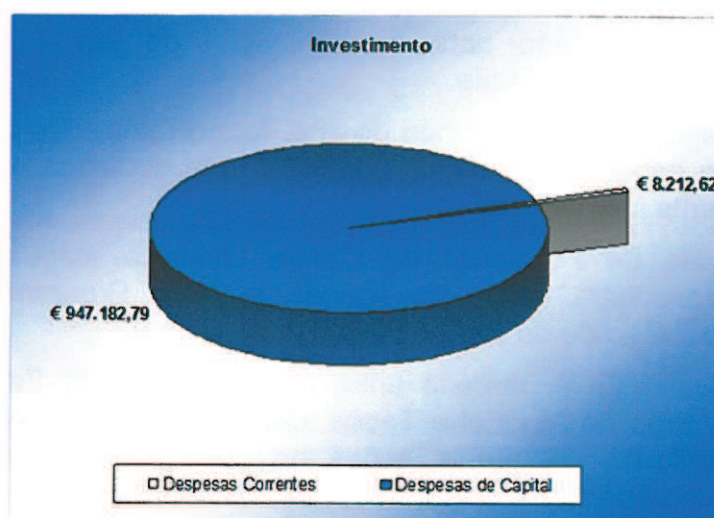
Relativamente ao desenvolvimento económico foi prestado apoio à área das pescas, em particular, e nas outras atividades económicas, nomeadamente através de informações, aconselhamento e encaminhamento para as entidades competentes e sessões de informação.

Muitos dos projetos inscritos nas Grandes Opções do Plano foram concretizados com o recurso aos fundos comunitários, com cofinanciamentos ao abrigo do QREN 2007-2013.

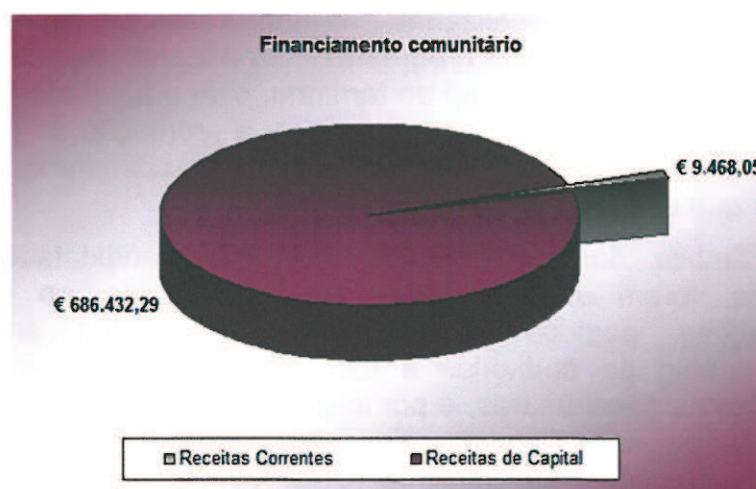
As intervenções realizadas cofinanciadas ao abrigo do QREN, concretizaram-se através dos programas operacionais regionais, do programa operacional temático valorização do território, com o apoio do FEDER e Fundo de Coesão, cujos objetivos prendem-se com a promoção do desenvolvimento sustentável das regiões e da coesão nacional, colmatando deficiências e debilidades que ainda persistem.

No âmbito dos projetos do município candidatados aos fundos comunitários, foram acompanhadas 15 candidaturas, no que respeita a reprogramações, pedidos de pagamentos, relatórios anuais e finais, acompanhamento de auditorias e todo o expediente relacionado com as mesmas. Destas candidaturas, e por iniciativa do município, foram cancelados os contratos de financiamento, das candidaturas “Reguladores de Fluxo Luminoso no Concelho de Olhão” e “Solar Térmico do Estádio Municipal de Olhão”, ambas do POAlgarve 21 e do Programa Operacional Potencial Humano, houve a revogação da decisão de aprovação da candidatura “Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade”.

Com as candidaturas aprovadas no âmbito dos Programas operacionais POAlgarve 21 e POVT – Programa Operacional Valorização do território, durante o ano de 2014, o município realizou um investimento total de € 955.395,41, distribuído da seguinte forma:



Este investimento foi financiado pelos fundos provenientes do FEDER e Fundo de Coesão, cujo valor total ascendeu a €695.900,34, e permitiu ao município realizar investimentos em áreas tão diversas como a regeneração urbana, a modernização administrativa, a eficiência energética, o reequipamento estratégico da proteção civil, em instrumentos de planeamento e ordenamento do território e em infraestruturas escolares e ambientais. No gráfico que se segue, pode analisar-se a natureza da receita que, naturalmente, reflete o tipo de investimento realizado.



Convém salientar que, durante o ano de 2014, foram concluídas as candidaturas de Requalificação dos largos, que inclui 5 largos: “Largo da Carma”; “Largo do Carolas”; “Largo do Gaibéu”; “Praça Patrão Joaquim Lopes”; e “Largo da Fábrica Velha” e a da Intervenção de arte em espaço público emblemático, com a colocação de 2 esculturas em 2 dos largos objeto de intervenção, contribuindo para a valorização de um espaço urbano, de importância vital para a cidade.

Paralelamente, e a o longo do ano, foram realizadas diversas ações de animação no espaço referido, introduzindo uma dinâmica e interação com o público bastante importantes.

O Plano de Pormenor do Centro Histórico, candidatura ainda em execução, constituirá o elo de ligação entre o Programa de Ação e o planeamento integrado do Centro Histórico da cidade.

Relativamente à parceria entre os Municípios de Faro, Loulé, Olhão, Albufeira, S. Brás de Alportel e Tavira, designada por Algarve Central – Uma Parceria Territorial, contempla ações no âmbito da cultura, modernização administrativa, eficiência energética e planeamento estratégico.

No que respeita às candidaturas da área da modernização administrativa, durante o ano de 2014, foram consolidados alguns investimentos, para permitir serviços mais eficientes, nomeadamente ao nível do atendimento no Balcão Único.

A candidatura “Estudo da Mobilidade Interurbana” foi concluída e permitiu a elaboração de dois documentos estratégicos: “Plano de Mobilidade e Transportes de Olhão” e “Estudo da Mobilidade Intermunicipal do Algarve Central”, que constituem ferramentas muito importantes no apoio ao processo de decisão.

Além da parceria existente com os municípios do Algarve Central, o município faz parte de outra, no âmbito da proteção civil, com todos os municípios do Algarve e que é liderada pela AMAL. Esta candidatura permitiu o investimento na área da proteção civil, nomeadamente ao nível dos equipamentos. Durante o ano, foram realizados investimentos com a aquisição de equipamentos de proteção individual para os bombeiros (botas, luvas, capacetes, uniformes) e deu-se início ao procedimento de contratação pública para a aquisição de um veículo urbano de combate a incêndios no valor aproximado de € 200.000, cuja adjudicação foi efetuada no ano de 2014, transitando para o início do ano de 2015 a celebração do contrato.

A candidatura do Ecocentro de Olhão, financiada ao abrigo do POVT - Programa Operacional Valorização do Território, foi concluída. Este investimento visou a promoção e amplificação dos processos da recolha seletiva dos vários tipos de materiais, que até então, se acumulavam nos contentores disseminadas pelo concelho, sendo responsáveis pela degradação das condições de higiene e limpeza dos espaços públicos e pela redução da capacidade de atuação e resposta do Município.

Por último, foi mencionado no relatório do ano de 2013 a formalização da candidatura “Requalificação da E.R. 125 – Construção de Rotunda – Olhão”, no entanto, no início de 2014 foi solicitado o descomprometimento da candidatura devido às restrições e condicionalismos financeiros que não permitiam a sua execução, bem como a morosidade dos procedimentos legais de expropriação dos terrenos necessários.

As candidaturas que continuam a decorrer, que ainda não foram encerradas, são as seguintes:

Programa de Reabilitação Urbana -PRU

DESIGNAÇÃO	Início	Final	Valor Elegível	FEDER	Investimento Executado	Taxa de execução
Elaboração Plano Pormenor do Centro Histórico	25-03-2008	30-09-2014	343.942,40	223.562,56	251.515,75	73,13%

Algarve Central

DESIGNAÇÃO	Início	Final	Valor Elegível	FEDER	Investimento Executado	Taxa de execução
Energias Renováveis e eficiência energética	28-06-2010	31-12-2014	99.524,63	64.691,01	96.031,41	96,49%
Museus em Rede	30-09-2009	31-12-2014	189.331,30	123.065,35	25.236,71	13,33%
Simplex Autárquico - Loja do município em rede	01-09-2009	31-12-2014	130.624,99	84.906,24	116.132,81	88,91%
Simplex Autárquico - Municípios do Algarve Central em Rede	20-06-2011	30-06-2015	357.458,83	268.094,12	96.543,42	32,25%

Outros Projetos em Parceria

DESIGNAÇÃO	Início	Final	Valor Elegível	FEDER	Investimento Executado	Taxa de execução
Reequipamento Estratégico da Proteção Civil do Algarve	28-12-2010	31-03-2015	317.950,62	270.258,03	71.803,92	22,58%

No que diz respeito ao apoio para a implementação da estratégia de desenvolvimento na zona costeira do Sotavento do Algarve, parceria entre entidades públicas e privadas, é prestado através do Grupo de Ação Costeira (GAC) do Algarve, criado ao abrigo do PROMAR – Programa Operacional Pesca 2007-2013, eixo 4 – “Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca”

O GAC Sotavento do Algarve interage como organismo intermédio, entre os promotores e a autoridade de gestão do PROMAR, tendo por função dinamizar, receber, avaliar e propor projetos à autoridade de gestão do PROMAR para aprovação. Após aprovação, o GAC Sotavento do Algarve tem por função acompanhar e verificar a execução material e financeira dos projetos.

O GAC do Sotavento do Algarve inclui 20 freguesias de 6 municípios, entidades de investigação e diversas associações, tem uma dotação aprovada referente à componente do Fundo Europeu das Pescas (FEP) de € 3.739.112 para apoio às comunidades piscatórias. Este território abrange uma população residente de 154.455 habitantes cuja população dependente da pesca é de cerca de 7 790.

No âmbito do GAC foram aprovados até final do ano de 2014, vinte e cinco projetos, que representam um valor total de investimento de €3.828.183,94, correspondendo a €2.121.534,89 cofinanciados pelo FEP.

No quadro seguinte estão caracterizadas as candidaturas aprovadas por ação:

Candidaturas aprovadas	Nº candidaturas	Valor proposto em candidatura (FEP)
Ação a) Reforço da competitividade das zonas de pesca e valorização dos produtos	12	€ 441.468,93
Ação b) Diversificação e reestruturação das atividades económicas e sociais	6	€ 528.803,53
Ação c) Promoção e valorização da qualidade do ambiente costeiro e das comunidades	7	€ 1.151.262,43
TOTAL	25	€ 2.121.534,89

Dos projetos aprovados, sete inserem-se no concelho de Olhão com uma previsão de criação de 13 postos de trabalho.

Durante o mês de outubro esteve aberto um aviso para apresentação de candidaturas ao GAC com uma dotação orçamental de Fundo Europeu das Pescas de 642.055,53 Euros, tendo sido rececionadas 17 candidaturas, que ainda se encontram em análise.

O GAC Sotavento esteve presente nas exposições FATACIL 2014 e MARALGARVE EXPO, com um stand de divulgação das suas atividades e, participando com os seus técnicos nos colóquios e seminários que decorreram.

Paralelamente, é prestado todo o apoio aos viveiristas, nomeadamente no que diz respeito à continuidade da licença de utilização do domínio hídrico dos estabelecimentos de cultura de bivalves (viveiros) na Ria Formosa, ficando assim habilitados a exercer o seu direito de preferência, em sede de procedimento concursal, para a atribuição da licença, previsto no artigo 21º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007 de 31 de Maio.

Celebrou-se no dia 31 de Maio, o Dia do Pescador, através de um conjunto de eventos tais como, exposição de fotografia intitulada “Faina Maior”; sessão de conversas de museu, cujo tema foi a “Arte de Pescar”; degustação de produtos da pesca e a cerimónia de entrega de distinções aos profissionais do sector das pescas, pelo mérito do seu desempenho.

1.12 Bombeiros Municipais e Proteção Civil

No âmbito das atribuições do Município de Olhão nas matérias de Proteção e Socorro e Proteção Civil, nomeadamente as Leis n.º 27/2006 de 3 de Julho, 65/2007 de 12 de Novembro, 75/2013 de 12 de Setembro, e demais legislação vigente, e de acordo com a sua estrutura orgânica Municipal, possui

um Gabinete de Bombeiros Municipais e Proteção Civil, onde estão incluídos o Corpo de Bombeiros Municipais e o Serviço Municipal de Proteção Civil.

Serviço Municipal de Proteção Civil



O Serviço Municipal de Proteção Civil conforme a legislação vigente que define o enquadramento Institucional e Operacional e a organização do Serviço Municipal, bem como os seus objetivos e domínios de atuação, durante o ano de 2014 executou as seguintes atividades:

- Apoio técnico à Administração do Município de Olhão;
- Apoio técnico e administrativo às CMPC e CMDFCI de Olhão;
- Revisão do PMDFCI e do POM de Olhão;
- Promoveu reuniões de coordenação com os serviços do Município de Olhão;
- Atualizou os meios e recursos;
- Acompanhou todas as ocorrências no âmbito da proteção e socorro no Município de Olhão e adjacentes;
- Apoiou tecnicamente a elaboração de cenários para os simulacros promovidos por entidades no âmbito da SCIE;
- Apoiou tecnicamente a elaboração de cenários para os simulacros promovidos por entidades no âmbito da SCIE;
- Participou como observadores nos simulacros promovidos por entidades no âmbito do no âmbito da SCIE;
- Participar na preparação e nos exercícios de evacuação das escolas do Concelho;
- Colaborou na implementação e sua operacionalização das medidas de auto proteção nos edifícios Municipais;
- Realizou ações de sensibilização nas escolas;
- Realizou de ações de sensibilização às entidades integrantes da rede de ação social;
- Promover do Dia da Proteção Civil - 1 de Março quartel aberto;
- Divulgou a informação relativa às medidas de autoproteção de acordo com CTO e informação do IPMA;
- Informar permanentemente o cidadão com as medidas de autoproteção, no site do Município, de acordo com os avisos meteorológicos;

- Realizou as ações constantes dos Planos para condições meteorológicas extremas (frio e calor);
- Colaborou nas ações promovidas pelos Agentes de Proteção Civil;
- Colaborou nas ações promovidas pelo CDOS-Faro;
- Apoiou ações promovidas por outras entidades no âmbito da proteção civil;

Nas atividades de 2014 destaca-se:

- A aprovação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil pela Comissão Nacional de Proteção Civil.

Tendo sido publicado, em Diário da República, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Olhão (PMEPC Olhão). O referido diploma legal, que é a Resolução n.º 31/2014, de 11 de Novembro, entrou em vigor no dia seguinte à sua publicação.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil é um documento formal no qual as autoridades de proteção civil a nível municipal definem as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações da sua intervenção. A reposição da normalidade das áreas afetadas constitui outro dos seus objetivos, de forma a minimizar os efeitos, de um acidente grave ou catástrofe sobre as pessoas, bens e o ambiente.

- Formação de funcionários do Serviço Municipal de Proteção Civil no âmbito da Proteção Civil - De acordo com o Despacho n.º5340/2014 de 16 de abril da Autoridade Nacional e Proteção Civil, foram realizados através da fundação CEFA na região do Algarve, dez cursos específicos de Proteção Civil, tendo participando onze funcionários municipais, considerando que os mesmos desempenham funções relevantes para a atividade.

Foram ministrados os seguintes cursos com as respetivas cargas horárias. - Curso Geral de Proteção Civil (35h); Legislação na Área Específica dos Riscos (35h); Risco de Incêndio Florestal (35h); Riscos Naturais e Tecnológicos (40h); Riscos de Cheias e Inundações (28h); Riscos Geomorfológicos (35h); Planeamento de Emergência (35h); Planos Especiais de Emergência (35h); Exercícios de Proteção Civil (21h); Logística em Proteção Civil (21h).



Corpo de Bombeiros Municipais



O Corpo de Bombeiros conforme a legislação vigente e de acordo com a suas missões, garante com prontidão de 24 horas 7 dias a Proteção e Socorro do Concelho de Olhão, e o reforço operacional em toda a região do Algarve quando solicitado, nomeadamente nas operações de maior envergadura, correspondendo a atividade operacional do ano de 2014 a referente ao Gráfico I.

Para dar resposta as missões atribuídas o Corpo de Bombeiros os seguintes meios e recursos;

Pessoal - Quadro de Comando 1 elementos; Quadro Ativo 70 elementos; 10 novos estagiários; 32 elementos da Fanfarra; e dois elementos no Quadro de Honra.

Veículos – 27 veículos (ambulâncias, veículos de Combate; veículos especiais, veículos de apoio e transporte, 2 embarcações.

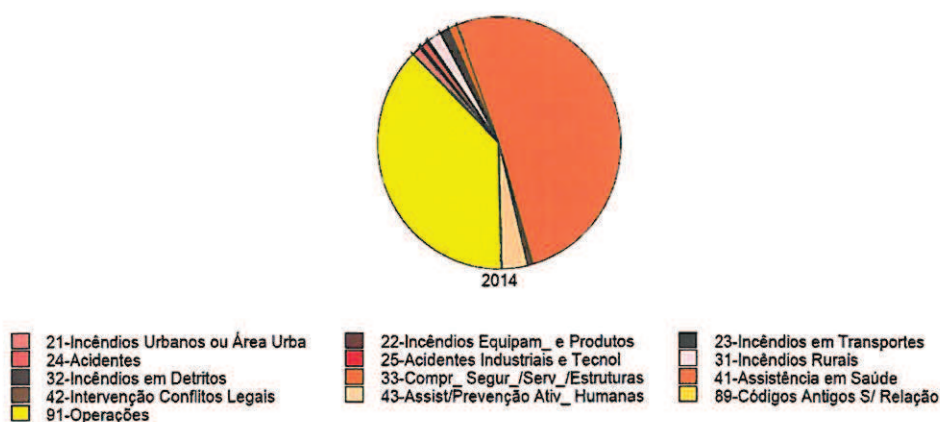


Gráfico 1 - Serviços efetuados ano 2014



- Formação e instrução/Treino/Qualificações - De forma a garantir e aumentar o grau de qualificações necessárias para que os Bombeiros possam desempenhar as suas funções foram ministradas ao efetivo do Corpo de Bombeiros as seguintes ações no Quadro em anexo, para além das qualificações profissionais tais como Cartas de Condução de veículos Ligeiros, pesados, semirreboques, embarcações, sendo os seus custos suportados pelo Município de Olhão.

Corpo de Bombeiros de Olhão		
Formação Certificada pela ENB no ano de 2014	Carga Horária	Nº Formandos
Ingresso na Carreira de Bombeiro		
Tripulante de Ambulância de Transporte	50	10
Técnicas de Salvamento e Desencarceramento	50	4
Aperfeiçoamento Técnico		
Incêndios Florestais - nível 2	25	7
Incêndios Urbanos e Industriais - nível 1	50	6
Incêndios Florestais - nível 1	50	4
Suporte Básico de Vida - DAE	6	60
Recertificação TAT (RTAT)	25	3
Tripulante de Ambulância de Socorro (TAS)	210	12
Recertificação TAS (RTAS)	35	12
Salvamento e Desencarceramento - nível 1	25	16
Controlo de Acidentes com Matérias Perigosas - nível 1	50	10
Salvamento em Grande ângulo - nível 1	50	5
Condução Fora de Estrada - nível 1	35	5
Operador de Telecomunicações - nível 1	25	7
Condutor de Embarcações de Socorro - nível 1	35	2
Primeiros Socorros Psicológicos	25	1
Incêndios Urbanos e Industriais - nível 2 - atualização	25	3
Gestão de Stresse e Gestão de Conflitos (Eq. a Liderança e Motivação Humana) - nível 2 - atualização	25	5
Formação de atualização		
Técnicas de Utilização de Ferramentas Mecânicas em Incêndios Florestais	16	1
SGO em Incêndios Florestais - 1ºCOS	8	11
Técnicas de Utilização de Ferramentas Manuais	16	2
Formador de Técnicas de Salvamento e Desencarceramento	70	1

O Corpo de Bombeiros também possui um Plano de Instrução/treino devidamente aprovado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, em que diariamente os Bombeiros o executam internamente com a carga horária de 1537 horas anuais nas diferentes áreas tais como Instrução continua/Treino, Educação física e Desporto, Instrução de Infantes Cadetes e Fanfara.

- Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais – DECIF 2014 - O Corpo de Bombeiros integrando o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais e na fase de maior incidência de incêndios Florestais participou na Fase Charlie no período compreendido entre 01 de Julho e 30 de Setembro com duas equipas de 10 homens e respetivos veículos de combate VFCl, com prontidão imediata 24h/7d, tendo sido nesse período preposicionada em Moncarapacho uma das equipas de forma a responder com maior eficiência, e concretizando o sentimento de uma maior de segurança nas populações, nas Freguesias mais distantes da sede do Município, através de Protocolo celebrado entre todos os Municípios da Região Entidades Detentoras dos CB e ANPC.



- Dispositivo de Prevenção na Ilha da Armona 2014 - O Corpo de Bombeiros no âmbito das suas competências e responsabilidades no período de maior incidência na época Balnear dotou o Destacamento da Ilha da Armona de 2 Bombeiros no período diurno, de forma a responder com maior eficiência, e concretizando o sentimento de maior segurança nas populações e visitantes, face às especificidades da Ilha da Armona

Tendo sido pela primeira vez a Ilha da Armona, também dotada de um Desfibrilhador Automático Externo DAE, através de acordo com o INEM, considerando que os Bombeiros são todos operacionais de DAE e devidamente enquadrados.



- Apoio ao Transporte Escolar 2014 - O Corpo de Bombeiros apoiou através dos seus meios especializados o transporte escolar de alunos com dificuldades de locomoção, nomeadamente aqueles que necessitam de cadeiras de rodas, tornando desta forma mais fácil o acesso diariamente à escola.

Apoio do Corpo de Bombeiros ao Transporte Escolar 2014			
Transportes	Km percorridos	Horas de Serviço	N.º de intervenções (por bombeiro)
890	12,530km	1.154h.57m	1.780 Bombeiros

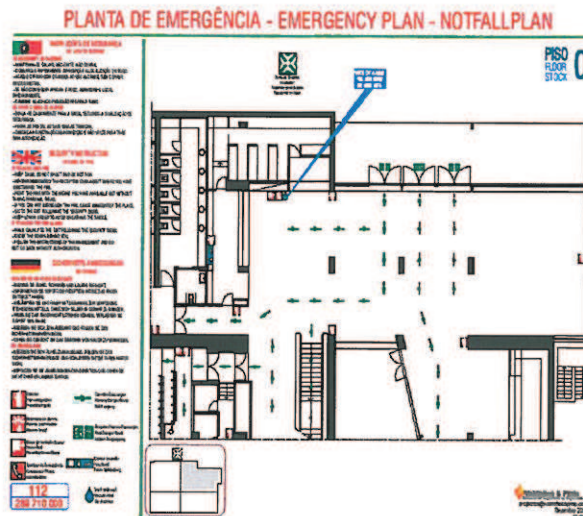


- Segurança contra Incêndios em Edifícios Municipais -O Corpo de Bombeiros conjuntamente com os Serviços Municipais competentes, realizam a manutenção de todos os Edifícios Municipais, o que se traduz na revisão e manutenção de centenas de extintores, bem com garante em permanência a sua capacidade de combate a incêndios com este tipo de agente extintor nos seus veículos e atividades.

Também estão a ser desenvolvidas as devidas diligências para implementação da Medidas de Auto Proteção (MAPs) em todos os edifícios Municipais, onde irá ter um papel fundamental nas ações de sensibilização e treino prático das equipas de 1.ª Intervenção constituídas por funcionários do Município.

Esta atividade encontrasse regulada pela legislação vigente, nomeadamente a Segurança Contra Incêndios em Edifícios.





- Melhorias nas instalações afetas ao Gabinete de Bombeiros Municipais e Proteção Civil - No ano de 2014 foram concluídas as obras de reparação, conservação e melhoramentos no edifício do Quartel dos Bombeiros, onde se incluíram a reparação dos exterior e interior do mesmo, bem como as melhorias ao nível das Camaratas, sala de televisão, vestiários, novo espaço para enchimento do ar respirável, e substituição das coberturas dos parques de veículos.

O Município procedeu a aquisição dos materiais e o Bombeiros realizaram os respetivos trabalhos de beneficiação.

Também foi a construído o Talhão no Cemitério Municipal 16 de Junho, conforme cedência, deliberada na reunião de Câmara Municipal no ano de 1997, sendo esta uma antiga aspiração que foi agora concretizada.

No âmbito do apoio social aos Bombeiros e face a situação económica grave que atinge também o efetivo do Corpo de Bombeiros, foi cedido para o uso dos Bombeiros instalações Municipais em Brancanes, que após melhorias permitiu já no ano de 2014, a utilização como residência de emergência temporária, para apoiar a situações mais críticas, como permitiu também que os Bombeiros dispusessem de um espaço agrícola onde possam plantar para seu uso domésticos produtos hortícolas.



- Fanfarra do Corpo Bombeiros representa o Município na região do Algarve - A Fanfarra do Corpo de Bombeiros para além das diversas cerimónias ao nível do Concelho de Olhão como as comemorações do dia 25 de Abril e dia 16 de junho (Dia da Cidade), entre outras, realizou também as mais diversas representações nos diferentes Municípios do Algarve.

Constituída exclusivamente por cerca de três dezenas crianças e jovens com idade compreendidas entre os 10 e 30 anos, estritamente integrados no regime de voluntariado, iniciam desta forma a sua atividade no Corpo de Bombeiros sendo que um número significativo destes elementos posteriormente transita para atividade operacional do Corpo de Bombeiro, é atualmente das únicas existentes nos Corpos de Bombeiros da região do Algarve.



- Atividades no âmbito Desportivo e Social - O efetivo do Corpo de Bombeiros participou no ano de 2014, em diversas atividades de âmbito desportivo e social, nomeadamente provas especiais de Bombeiros (Superbombeiro- Subida á Torre Lisboa), atletismo (Corrida Estafeta Faro Tavira), futebol de salão (torneio em Tavira e Minde), concretizando e reforçando desta forma o espírito de camaradagem e de equipa, e a inerente melhoria da condição física dos Bombeiros.



1.13 Toponímica

A toponímia tem um papel muito relevante, pois tem uma função organizacional e identificativa, como também, histórica, uma vez que tem a capacidade de resgatar do esquecimento popular determinados elementos que por vezes já se encontram esquecidos há muito.

No sentido de melhor corresponder às necessidades da população, e de cumprir o regulamento em vigor, no ano de 2014 e na continuidade dos anos anteriores, salienta-se a emissão pelos serviços de cerca de 56 certidões comprovativas da localização dos edifícios e respetivos números de polícia. Quanto à atribuição da denominação de ruas/ travessas ou pracetas, foram ao longo do ano atribuídos os seguintes topónimos:

Rua Caminho das Canas Verdes
Rua Bartolomeu Constantino
Rua António Ramos Rosa
Praceta António Ramos Rosa
Rua Emiliano Costa
Praceta Emiliano Costa
Rua António Santos
Rua Bernardo Passos
Rua Cândido Guerreiro
Travessa da Boa Vista
(Continuação) Rua Dâmaso Encarnação

Foi atribuído a conseqüente numeração de polícia aos locais mencionados e, também à Av. D. João VI, à Rua de Olivença; à Urbanização Topa; à Quinta das Cotovias e à Quinta Alto Da Pinheira.

Tem-se procurado uniformizar procedimentos de modo a melhorar o funcionamento deste serviço.

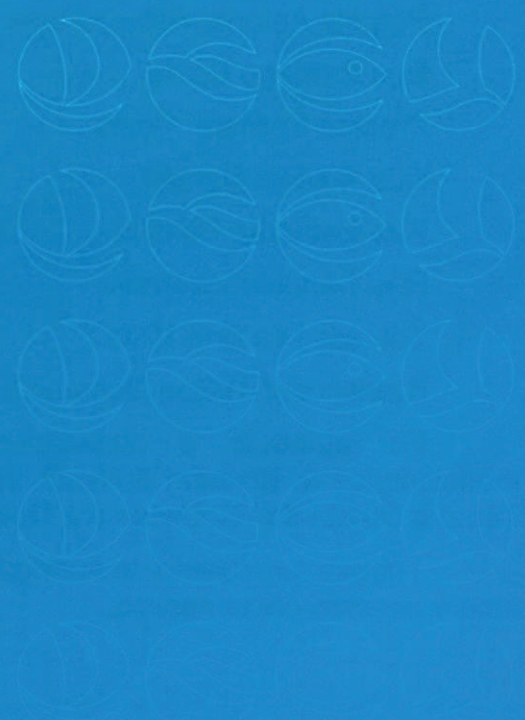


município de **Olhão**

mais para si



RELATÓRIO DE GESTÃO



II. RELATÓRIO DE GESTÃO

2.1. Introdução

Em cumprimento do disposto do Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro “POCAL”, o Relatório de Gestão deverá proporcionar uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício, espelhar a eficiência na utilização dos meios afetos à persecução das atividades desenvolvidas pela autarquia bem como a eficácia na realização dos objetivos.

Nesta perspetiva, o presente relatório tenta traduzir, embora de uma forma sucinta, nas suas diversas peças escritas, mapas e gráficos, a execução das Grandes Opções do Plano e do Orçamento no ano de 2014, os quais só foram aprovados em março de 2014, tendo a autarquia trabalhado com orçamento corrigido até à data da sua aprovação.

Foram desenvolvidos vários esforços dentro dos requisitos legais, com recurso a todos os mecanismos económico-financeiros, técnicos e administrativos ao alcance do executivo, no sentido de proporcionar tanto quanto possível, a concretização das atividades previstas, tendo-se procurado atingir os melhores resultados possíveis.

2.2. Análise do Controlo Orçamental

2.2.1. Modificações Orçamentais

O ano 2014 ficou marcado pela aprovação do Orçamento e das GOP já durante a sua gerência, trabalhando até lá com o Orçamento e GOP Corrigidos (Orçamento e GOP do ano anterior com todas as suas modificações).

Apesar de na elaboração do Orçamento se ter seguido os princípios e regras previstas no ponto 3 do POCAL, procurando-se prever todas as situações futuras e as que já tinham ocorrido até à data da sua aprovação, só com a execução do orçamento é possível verificar a realidade da situação financeira da autarquia.

Como em qualquer gestão previsional no decurso do ano, para persecução dos objetivos, a realidade da receita e da despesa diverge do previsto, quer porque se constata que as dotações previsionais se apresentam insuficientemente dotadas quer porque, por qualquer razão, não foram inscritas.

Neste sentido, torna-se necessário aplicar o mecanismo das modificações das dotações iniciais, tendo esta autarquia efetuado durante o ano 2014 trinta e quatro modificações ao Orçamento, sete às Grandes Opções

do Plano e duas revisões ao Orçamento e duas revisões às Grandes Opções do Plano, nas quais se procedeu a ajustamentos entre as várias rubricas, tendo-se reduzido o valor da dotação global face ao inicialmente previsto, como se pode verificar no mapa seguinte:

	Receita			Despesa		
	Inicial	Após modificações	Dif.	Inicial	Após modificações	Dif.
Corrente	29 271 640,00	26 390 675,00	-2 880 965,00	28 607 018,00	24 319 100,00	-4 287 918,00
Capital	10 905 178,13	3 138 131,72	-7 767 046,41	12 328 119,70	7 002 700,00	-5 325 419,70
Outras receitas	758 319,57	1 792 993,28	1 034 673,71			0,00
Total	40 935 137,70	31 321 800,00	-9 613 337,70	40 935 137,70	31 321 800,00	-9 613 337,70

É de referir que a aprovação do Orçamento e GOP para 2014 teve tratamento técnico/informático equivalente a uma revisão ao orçamento.

Não obstante as alterações verificadas aos documentos previsionais em termos de orçamento não foi alterado o equilíbrio entre a despesa e a receita, sendo que a despesa corrente se apresentou inferior à receita da mesma natureza no final de 2014.

2.2.2. Resumo da execução orçamental

RECEITAS CORRENTES				DESPESAS CORRENTES			
	Previsão	Execução	%		Previsão	Execução	%
2013	29 271 640,00	21 444 977,50	73,26%	2013	28 607 018,00	21 298 461,84	74,45%
2014	26 390 675,00	21 042 820,99	79,74%	2014	24 319 100,00	18 963 850,79	77,98%

RECEITAS CAPITAL				DESPESAS CAPITAL			
	Previsão	Execução	%		Previsão	Execução	%
2013	11 663 497,70	6 871 867,64	58,92%	2013	12 328 119,70	5 227 336,02	42,40%
2014	4 931 125,00	3 389 448,52	68,74%	2014	7 002 700,00	3 934 404,55	56,18%

2.2.2.1. Resumo da execução orçamental da receita

Receitas Cobradas Brutas	2014		Taxa de Execução
	Orçamento	Execução	
Impostos diretos	7 886 143,00	9 029 552,13	114,50%
Impostos indiretos	140 627,00	40 730,16	28,96%
Taxas, multas e outras penalidades	213 971,00	265 682,17	124,17%
Correntes			
Rendimentos da propriedade	6 165 145,00	117 108,55	1,90%
Transferências correntes	9 815 786,00	9 449 262,10	96,27%
Venda de bens e serviços correntes	1 288 043,00	1 291 445,11	100,26%
Outras receitas correntes	880 960,00	849 040,77	96,38%
Total das receitas correntes	26 390 675,00	21 042 820,99	79,74%
Capital			
Venda de bens de investimento	1 331 977,72	0,00	0,00%
Transferências de capital	1 625 800,00	1 162 471,29	71,50%
Ativos financeiros	10,00	0,00	0,00%
Passivos financeiros	161 892,00	91 061,44	56,25%
Outras receitas capital	18 452,00	37 790,05	204,80%
Total das receitas capital	3 138 131,72	1 291 322,78	41,15%
Outras			
Reposições não abatidas nos pagamentos	1 946,00	307 078,46	15779,98%
Saldo da gerência anterior	1 791 047,28	1 791 047,28	100,00%
Total	31 321 800,00	24 432 269,51	78,00%

Relativamente à execução da receita total em 2014, podemos verificar que na globalidade se atingiu 78% do valor previsto no orçamento.

É de salientar o aumento da execução da receita corrente de 6,48% e uma diminuição da execução da receita de capital de 14,98%, comparativamente com o ano anterior.

Esta situação resulta da execução das receitas de capital de 41,15% e de correntes de 79,74%.

2.2.2.2. Resumo da execução orçamental da despesa

Despesa	2014		Taxa de Execução
	Orçamento	Execução	
Despesas com pessoal	9 434 265,00	8 197 154,95	86,89%
Aquisição de bens e serviços	8 660 225,00	5 523 460,58	63,78%
Juros e outros encargos	411 935,00	361 546,23	87,77%
Correntes			
Transferências correntes	908 500,00	710 845,08	78,24%
Subsídios	3 225 410,00	2 679 586,96	83,08%
Outras despesas correntes	1 678 765,00	1 491 256,99	88,83%
Total das despesas correntes	24 319 100,00	18 963 850,79	77,98%
Capital			
Aquisição de bens de capital	2 549 741,80	1 240 494,28	48,65%
Transferências de capital	123 975,00	35 768,39	28,85%
Ativos financeiros	2 544 628,20	885 000,00	34,78%
Passivos financeiros	1 784 355,00	1 773 141,88	99,37%
Outras despesas capital	0,00	0,00	0,00%
Total das despesas capital	7 002 700,00	3 934 404,55	56,18%
Total	31 321 800,00	22 898 255,34	73,11%

No que respeita às despesas pudemos verificar que na globalidade estas apresentam uma execução de 73,11% relativa ao previsto no orçamento, sendo a percentagem de execução da despesa correntes 21,80 pontos percentuais superior á da despesa de capital.

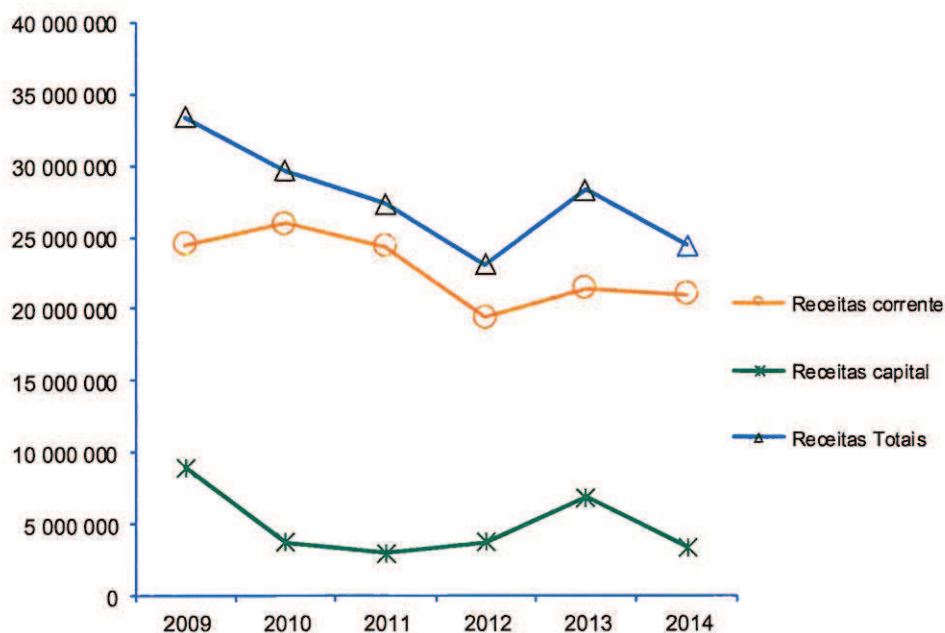
2.3. Receita

2.3.1. Análise da Receita

2.3.1.1 Evolução da receita total

Receitas	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Receitas corrente	24 470 965,57	25 950 201,85	24 354 057,36	19 409 809,49	21 444 977,50	21 042 820,99
Receitas capital	8 933 196,35	3 738 027,03	2 981 741,77	3 710 147,07	6 871 867,64	3 389 448,52
Total	33 404 161,92	29 688 228,88	27 335 799,13	23 119 956,56	28 316 845,14	24 432 269,51

Analisando a evolução da receita entre 2013 e 2014, constata-se que a receita arrecadada em 2014 teve uma redução de 13,72% em relação ao valor cobrado no ano 2013. Através da visualização gráfica seguinte, podemos verificar que a situação desta gerência é contrária à verificada no último ano.



2.3.1.2 Evolução da receita corrente

Receitas Correntes	2013	2014
Impostos Diretos	9 362 769,42	9 029 552,13
Impostos Indiretos	99 064,81	40 730,16
Taxas, Multas e Outras Penalidades	175 599,09	265 682,17
Rendimentos de Propriedade	122 567,86	117 108,55
Transferências Correntes		
FEF/FSM/IRS	5 575 071,00	5 892 934,00
Outras	3 840 112,00	3 556 328,10
Venda de Bens e Serviços	1 401 475,37	1 291 445,11
Outras Receitas Correntes	868 317,95	849 040,77
Total	21 444 977,50	21 042 820,99

A receita corrente registou uma redução de 1,88% entre 2013 e 2014, tendo contribuído para esta situação a generalidade das rubricas à exceção das Taxas, Multas e Outras Penalidades e as Transferências Correntes (Estado), cuja análise se efetuará no ponto 2.3.1.7.

2.3.1.3 Evolução da receita capital

Receita de Capital	2013	2014
Venda de Bens de Investimento	56 400,00	0,00
Transferências de Capital		
FEF	973 719,00	476 039,00
Outras	839 001,57	686 432,29
Ativos Financeiros	94 414,68	0,00
Passivos Financeiros	4 120 165,04	91 061,44
Outras Receitas de Capital	36 863,21	37 790,05
Total	6 120 563,50	1 291 322,78

Com se pode verificar existiu uma redução expressiva da receita de capital de 78,90%, devido essencialmente aos passivos financeiros, por via do programa PAEL registados em 2013.

É de salientar a redução das transferências do Estado na parte de capital, uma vez que esta foi afetada a receita corrente, de acordo com o previsto no Orçamento de Estado para 2014.

2.3.1.4 Realização da receita

Receitas	2013		2014		Taxa de Crescimento
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	
Receitas correntes					
Impostos Directos	9 362 769,42	33,06%	9 029 552,13	36,96%	-3,56%
Impostos Indirectos	99 064,81	0,35%	40 730,16	0,17%	-58,89%
Taxas, Multas e Outras					
Penalidades	175 599,09	0,62%	265 682,17	1,09%	51,30%
Rendimentos de Propriedade	122 567,86	0,43%	117 108,55	0,48%	-4,45%
Transferências Correntes					
FEF/FSM/IRS	5 575 071,00	19,69%	5 892 934,00	24,12%	5,70%
Outras	3 840 112,00	13,56%	3 556 328,10	14,56%	-7,39%
Venda de Bens e Serviços	1 401 475,37	4,95%	1 291 445,11	5,29%	-7,85%
Outras Receitas Correntes	868 317,95	3,07%	849 040,77	3,48%	-2,22%
Total	21 444 977,50	75,73%	21 042 820,99	86,13%	-1,88%
Receitas de capital					
Venda de Bens de Investimento	56 400,00	0,20%	0,00	0,00%	-100,00%
Transferências de Capital					
FEF	973 719,00	3,44%	476 039,00	1,95%	-51,11%
Outras	839 001,57	2,96%	686 432,29	2,81%	-18,18%
Activos Financeiros	94 414,68	0,33%	0,00	0,00%	-100,00%
Passivos Financeiros	4 120 165,04	14,55%	91 061,44	0,37%	-97,79%
Outras Receitas de Capital	36 863,21	0,13%	37 790,05	0,15%	2,51%
Total	6 120 563,50	21,61%	1 291 322,78	5,29%	-78,90%
Reposições não abatidas nos pagamentos	1 840,57	0,01%	307 078,46	1,26%	16583,88%
Saldo da Gerência anterior	749 463,57	2,65%	1 791 047,28	7,33%	138,98%
Total	28 316 845,14	100,00%	24 432 269,51	100,00%	-13,72%

A totalidade da receita do município em cada ano traduz o nível de recursos que, segundo diversas proveniências, lhes foram disponibilizados para a assunção do desenvolvimento das suas atribuições. Também, como é natural, esse montante está diretamente correlacionado com a riqueza gerada no território nacional, sofrendo as influências da conjuntura nacional e internacional.

Para melhor análise da receita foi elaborado o quadro anterior. Este, visa desagregar a receita municipal nas suas principais categorias, para que se tornem perceptíveis não só a dimensão e o peso relativo de cada uma delas, mas também a sua evolução relativamente ao ano anterior. A receita global do Município diminuiu 3.884.575,63 euros entre 2013 e 2014, traduzindo-se numa redução de 13,72%.

As transferências correntes e de capital, representam 43,43% da receita total, sendo importante analisar a sua desagregação e crescimento relativamente ao ano anterior.

Neste sentido verifica-se um aumento das transferências correntes (0,36%) e uma redução expressiva das transferências de capital (35,87%), relativamente ao ano anterior.

Transferências Correntes e Capital	2013	2014	Crescimento	
			Valor	Taxa
Transf. Correntes	9 415 183,00	9 449 262,10	34 079,10	0,36%
Sociedades e Quase-Sociedades				
Financeiras	0,00	0,00	0,00	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 894 877,00	4 284 353,00	389 476,00	
Fundo Social Municipal	652 645,00	652 645,00	0,00	
Participação fixa no IRS	1 027 549,00	955 936,00	-71 613,00	
Fundos Comunitários	55 817,68	9 468,05	-46 349,63	
Outras	3 694 800,37	3 435 655,55	-259 144,82	
Serviços e Fundos Autónomos	89 493,95	111 204,50	21 710,55	
Famílias	0,00	0,00	0,00	
Transf. de Capital	1 812 720,57	1 162 471,29	-650 249,28	-35,87%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	973 719,00	476 039,00	-497 680,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	
Fundos Comunitários	839 001,57	686 432,29	-152 569,28	
Total	11 227 903,57	10 611 733,39	-616 170,18	-5,49%

2.3.1.5 Realização da Receita Corrente

Após análise do quadro da realização da receita, constata-se que a receita corrente representa 86,13% da receita total, índice, este que aumentou 10,39 pontos percentuais em relação ao ano passado.

Após estudo da evolução das várias subcontas relativamente ao ano anterior, verifica-se que a descida mais expressiva em termos de valor foi nos "Impostos Diretos", seguida das "Transferências Correntes - Outras".

Apenas se verificou subida nas "Transferências do Correntes – FEF, FSM e IRS" (317.863€) e nas "Taxas, Multas e Outras Penalidades" (90.083,08€).

2.3.1.6 Realização da Receita Capital

Muitos dos projetos inscritos nas Grandes Opções do Plano foram concretizados com o recurso aos fundos comunitários, com cofinanciamentos ao abrigo do QREN 2007-2013, conforme descrito no ponto 1.11 do relatório de atividades.

Candidaturas Individuais			
Designação	Recebido – 2014		
	Corrente	Capital	TOTAL
Ampliação da EB1 nº6 e construção de JI		26 159,33	26 159,33
Rede de Programação Cultural	2 189,51		2 189,51
Elaboração Plano Pormenor do Centro Histórico		250,70	250,70
Requalificação dos Largos da Zona Histórica - PRU Olhão		333 605,78	333 605,78
Intervenção de Arte em Espaço Publico Emblemático		17 988,75	17 988,75
Municípios do Algarve Central em Rede (SAMA)	3 074,32		3 074,32
Energias Renováveis e Eficiência Energética			0,00
Museus em Rede			0,00
Estudo da Mobilidade Interurbana		2 633,15	2 633,15
Simplex Autárquico - Loja do munícipe em rede			0,00
Reequipamento Estratégico da Proteção Civil do Algarve	4 204,22		4 204,22
Ecocentro de Olhão		305 794,58	305 794,58
Ampliação da EB1/JI de Moncarapacho			0,00
	9 468,05	686 432,29	695 900,34

2.3.1.7. Receitas Próprias

Na presente gerências verificou-se uma diminuição das receitas próprias, embora se registre um aumento do seu peso face à receita total (47,61% em 2014 e 43,15% em 2013).

A redução da generalidade das componentes das receitas próprias contribuiu para uma diminuição global das receitas próprias em 4,80%, relativamente ao ano anterior, o que significa que reduziu a capacidade própria do Município em gerar recursos financeiros.

Receitas próprias	2013	2014	%	Taxa crescimento
Receitas próprias correntes				
Impostos Locais	9 461 834,23	9 070 282,29	77,98%	-4,14%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	175 599,09	265 682,17	2,28%	51,30%
Rendimentos de Propriedade	122 567,86	117 108,55	1,01%	-4,45%
Vendas de Bens e Serviços	1 401 475,37	1 291 445,11	11,10%	-7,85%
Outras Receitas Correntes	868 317,95	849 040,77	7,30%	-2,22%
Total	12 029 794,50	11 593 558,89	99,68%	-3,63%
Receitas próprias de capital				
Venda de Bens de Investimento	56 400,00	0,00	0,00%	-
Ativos Financeiros	94 414,68	0,00	0,00%	-
Outras Receitas de Capital	36 863,21	37 790,05	0,32%	-
Total	187 677,89	37 790,05	0,32%	-
Total das receitas próprias	12 217 472,39	11 631 348,94	100,00%	-4,80%

Porque esta componente da receita constitui uma fonte de financiamento importante para o Município, na medida em que é resultado da gestão efetuada pelo executivo, o quadro anterior apresenta a estrutura das receitas próprias e permite verificar, com mais pormenor, como são constituídas.

A sua análise revela que os "Impostos Locais" contribuem com 77,98%, "Venda de Bens e Serviços" com 11,10% das receitas próprias.

Caracterizando o conceito de "Impostos locais", "Na ótica da classificação económica", conclui-se que são receitas provenientes essencialmente da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis que constituem a principal fonte de receitas próprias do Município.

As receitas próprias são essencialmente constituídas por receita corrente, representando esta na presente gerência 55,10%, não tendo a receita de capital qualquer expressão.

Segue-se a análise de rácios, efetuada com o objetivo de encontrar indicadores médios que permitam efetuar comparações entre grandes componentes contabilísticas e assim verificar a capacidade financeira do Município, nestes dois últimos anos.

Rácios	2013	2014
Receitas Próprias / Receita Total	43,15%	47,61%
Receitas Próprias Correntes / Receita Corrente	56,10%	55,10%
Receitas Próprias Capital / Receita Capital	3,07%	2,93%
Impostos Locais / Receita Total	33,41%	37,12%
Impostos Locais / Receita Corrente	44,12%	43,10%
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,20%	0,00%
Venda de Bens de Investimento / Receita Capital	0,92%	0,00%

Assim, verificamos que o peso das receitas próprias aumentou relativamente à receita total.

As receitas próprias são compostas por várias componentes, das quais se destacam as verbas provenientes das vendas de bens e serviços, de acordo com o mapa seguinte:

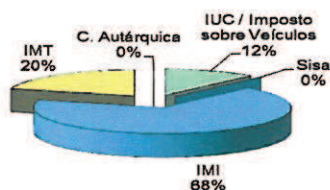
Rubricas	2014	%
Mercadorias	607,36	0,05%
Produtos acabados e intermédios (EDP - Microprodução)	7 482,27	0,58%
Serviços sociais, recreativos e de desporto	241 690,56	18,71%
Transportes coletivos pessoas e mercadorias	116 015,22	8,98%
Trabalhos por conta particulares	292,33	0,02%
Cemitérios	83 182,61	6,44%
Mercados e feiras	21 199,26	1,64%
Parque estacionamento	66 845,93	5,18%
Serviços prestados no âmbito da educação	285 794,25	22,13%
Rendas	281 274,17	21,78%
Outros	187 061,15	14,48%
Total	1 291 445,11	100,00%

No âmbito das vendas de bens e serviços, a maior contribuição é os serviços prestados no âmbito da educação, seguidos das rendas de habitação.

Dada a importância que a receita fiscal, que normalmente assume nas receitas próprias, convirá identificar os diversos impostos e respetiva estrutura:

Designação	2013	%	2014	%
C. Autárquica	497	0,01%	48	0,00%
IUC / Imposto sobre Veículos	1 098 788	11,74%	1 050 605	11,64%
Sisa	0	0,00%	0	0,00%
IMI	6 495 120	69,37%	6 133 258	67,92%
IMT	1 768 364	18,89%	1 845 642	20,44%
Total	9 362 769	100,00%	9 029 552	100,00%

Como se pode verificar houve uma diminuição dos impostos, devido à diminuição da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2014, apesar do aumento dos bens avaliados no âmbito do Código do IMI durante a presente gerência.



Nos termos do artigo 94.º da Lei n. 83-C/2013, de 31 de dezembro, é necessário o apuramento do aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos (AG) constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro e da alteração do artigo 49.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 215/89, de 1 de julho. Assim sendo, importa apurar o montante em causa tendo em conta os valores da receita de IMI prevista cobrar em 2014 (coleta de 2013) e a receita de IMI cobrada em 2012 (coleta de 2011).

Para os efeitos previstos no supracitado artigo 94.º, a Autoridade Tributária apurou, para o Município de Olhão, uma variação positiva da receita do IMI, resultante do processo de avaliação geral da propriedade urbana, no montante de 737.046,16€.

De acordo com o n.º 5 do referido artigo o valor apurado é obrigatoriamente utilizado nas seguintes finalidades:

- a) Capitalização do Fundo de Apoio Municipal, previsto no artigo 64.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- b) Pagamento de dívidas a fornecedores registados no SIIAL a 30 de agosto de 2013;
- c) Redução do endividamento de médio e longo prazo do município;
- d) Capitalização do Fundo de Investimento Municipal, a regular em diploma próprio.

Do valor apurado o Município efetuou pagamentos em atraso há mais de 90 dias registados no SIIAL em Setembro de 2013 (excluindo os pagamentos efetuados através do PAEL) no valor total de € 433.157,44. O valor restante € 303.888,72 foi canalizado para a redução do endividamento de médio e longo prazo.

Tendo por base o entendimento do SATAPOCAL referente à alínea c) do n.º4 do artigo 98.º da LOE2015, que por analogia se aplica a 2014, o valor a ser utilizado não se confina apenas à amortização de empréstimos de médio e longo prazo do município, podendo ser afetado à redução de outro tipo de dívida, desde que a sua tipologia seja de médio e longo prazo. Deste modo, o município afetou o valor remanescente à redução da dívida à empresa Polis Litoral Ria Formosa – Soc. Req. e Valor. da Ria Formosa, SA, a qual tem um plano de pagamentos plurianual aprovado pelo órgão deliberativo.

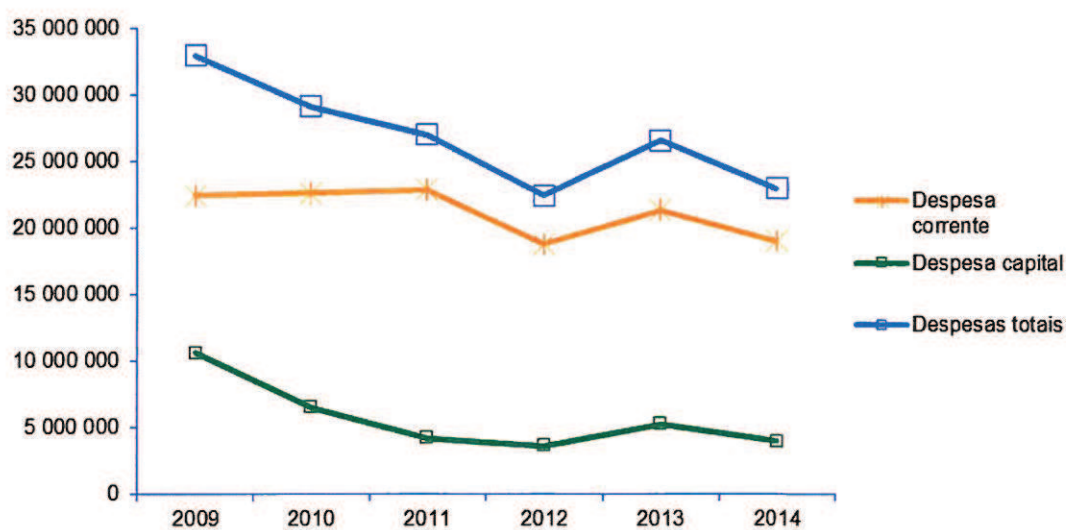
3. Despesas

3.1. Análise da Despesa

3.1.1 Evolução da despesa total

Despesas	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Despesa corrente	22 365 827,99	22 566 291,75	22 800 210,95	18 756 495,08	21 298 461,84	18 963 850,79
Despesa capital	10 561 313,66	6 485 747,17	4 155 064,09	3 613 997,91	5 227 336,02	3 934 404,55
Despesas totais	32 927 141,65	29 052 038,92	26 955 275,04	22 370 492,99	26 525 797,86	22 898 255,34

Analisada a evolução da despesa, constata-se um decrescimento da despesa nesta gerência, situação inversa ao verificado no último ano. Este decrescimento deve-se essencialmente ao aumento dos pagamentos de despesas efetuados por via do Programa PAEL em 2013.



3.1.2 Evolução da despesa corrente

Despesa corrente	2013	2014
Despesa com o pessoal	9 431 461,82	8 197 154,95
Aquisição de bens e serviços	6 412 522,58	5 523 460,58
Juros e outros encargos	428 629,09	361 546,23
Transferências correntes	1 170 196,47	710 845,08
Subsídios	3 578 421,32	2 679 586,96
Outras despesas correntes	277 230,56	1 491 256,99
Total	21 298 461,84	18 963 850,79

A despesa corrente do ano 2014 registou uma redução de 10,96%. Para esta situação contribuiu todas as rubricas da despesa á exceção das outras despesas correntes a qual teve um aumento expressivo por força do processo judicial com a empresa Edifer Construções Pires Coelho & Fernandes, SA.

3.1.3 Evolução da despesa capital

Despesa de capital	2013	2014
Aquisição de bens de capital	2 955 650,26	1 240 494,28
Transferências de capital	247 364,58	35 768,39
Ativos Financeiros	68 750,00	885 000,00
Passivos Financeiros	1 955 571,18	1 773 141,88
Outras despesas de capital	0,00	0,00
Total	5 227 336,02	3 934 404,55

A despesa de capital registou uma diminuição expressiva relativamente ao ano anterior, cuja taxa se situou em 24,73%, devido essencialmente à redução da generalidade das rubricas orçamentais. Existiu apenas aumento nos "Ativos Financeiros" pelo do cumprimento dos Planos de Liquidação às empresas Águas do Algarve, SA e Polis Litoral Ria Formosa – Soc. Req. e Valor. da Ria Formosa, SA, os quais preveem o pagamento faseado da realização do capital social.

3.1.4 Realização da despesa

Caracterizadas as principais fontes de financiamento do Município, no ano de 2014, abordam-se, para além do comportamento da despesa corrente e de capital, as despesas de funcionamento, serviço da dívida e ainda despesas de investimento.

As despesas com pessoal serão objeto de apreciação no ponto 3.1.7 – Despesas de funcionamento.

Comparando os anos 2013 e 2014, constata-se que a despesa total teve uma diminuição de 13,68%, sendo que as despesas correntes e de capital apresentam, neste mesmo período, uma diminuição de 10,96% e 24,73% respetivamente.

Despesas	2013		2014		Taxa de crescimento
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	
Despesa corrente					
Despesa com o pessoal	9 431 461,82	35,56%	8 197 154,95	35,80%	-13,09%
Aquisição de bens e serviços	6 412 522,58	24,17%	5 523 460,58	24,12%	-13,86%
Juros e outros encargos	428 629,09	1,62%	361 546,23	1,58%	-15,65%
Transferências correntes	1 170 196,47	4,41%	710 845,08	3,10%	-39,25%
Subsídios	3 578 421,32	13,49%	2 679 586,96	11,70%	-25,12%
Outras despesas correntes	277 230,56	1,05%	1 491 256,99	6,51%	437,91%
Total	21 298 461,84	80,29%	18 963 850,79	82,82%	-10,96%
Despesa de capital					
Aquisição de bens de capital	2 955 650,26	11,14%	1 240 494,28	5,42%	-58,03%
Transferências de capital	247 364,58	0,93%	35 768,39	0,16%	-85,54%
Ativos Financeiros	68 750,00	0,26%	885 000,00	3,86%	1187,27%
Passivos Financeiros	1 955 571,18	7,37%	1 773 141,88	7,74%	-9,33%
Outras despesas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	5 227 336,02	19,71%	3 934 404,55	17,18%	-24,73%
Total da despesa	26 525 797,86	100,00%	22 898 255,34	100,00%	-13,68%

3.1.5 Realização da Despesa Corrente

Da análise da estrutura representativa de cada uma das componentes da despesa corrente, verifica-se que a mais expressiva é as “Despesa com pessoal” 35,80%, seguida da “Aquisição de bens e serviços” 24,12%.

Podemos ainda referir que a diminuição da despesa corrente teve como contributo a redução das transferências correntes (39,25%), dos subsídios (25,12%), dos juros e outros encargos (15,65%), da aquisição de bens e serviços (13,86%) e das despesas com pessoal (13,09%). Verificou-se um

aumento das outras despesas correntes (437,91%) pelas razões já referidas no ponto 3.1.2.

Relativamente às transferências correntes é onde se verifica a maior redução devido às transferências para instituições sem fins lucrativos e às famílias.

No que respeita à “Administração Central” nesta rubrica está refletido o protocolo celebrado com as escolas para conservação e manutenção na sequência do contrato de execução celebrado com o Ministério da Educação.

Rubricas	2013	2014	Variação	
			Valor	Taxa
Sociedades e quase sociedades financeiras				
Administração central	0,00	120 000,00	120 000,00	100,00%
Administração local	3 372,17	28 333,33	24 961,16	740,21%
Instituições sem fins lucrativos	1 004 151,81	478 791,30	-525 360,51	-52,32%
Famílias	162 672,49	83 720,45	-78 952,04	-48,53%
TOTAL	1 170 196,47	710 845,08	-459 351,39	-39,25%

3.1.6 Execução da Despesa de Capital

Relativamente às despesas de capital verifica-se uma diminuição de 24,73%, justificada pela diminuição generalizada das rubricas orçamentais, com exceção dos ativos financeiros.

Rubricas	2013	2014	Variação	
			Valor	Taxa
Aquisição de bens de capital	2 955 650,26	1 240 494,28	-1 715 155,98	-58,03%
Transferências de capital	247 364,58	35 768,39	-211 596,19	-85,54%
Ativos Financeiros	68 750,00	885 000,00	816 250,00	1187,27%
Passivos Financeiros	1 955 571,18	1 773 141,88	-182 429,30	-9,33%
Total	5 227 336,02	3 934 404,55	-1 292 931,47	-24,73%

3.1.7 Despesas de Funcionamento

As despesas de funcionamento coincidem, de um modo geral, com as despesas correntes e consistem basicamente nas despesas que afetam o património não duradouro do município.

As despesas de funcionamento incluem a totalidade da Despesa Corrente deduzida dos Encargos Financeiros e Transferências Correntes.

Neste grupo de despesa devem ser considerados os seguintes subgrupos:

Rubricas	2013		2014	
	Valor	%	Valor	%
Pessoal	9 431 461,82	58,50%	8 197 154,95	53,89%
Aquisição de Bens e Serviços	6 412 522,58	39,78%	5 523 460,58	36,31%
Outras despesas correntes	277 230,56	1,72%	1 491 256,99	9,80%
Total	16 121 214,96	100,00%	15 211 872,52	100,00%

De referir que os valores em análise diminuíram relativamente ao ano anterior em 5,64%.

As duas rubricas mais representativas na estrutura da despesa corrente são o “Pessoal” e a “Aquisição de Bens e Serviços”, que absorvem 90,20% das despesas de funcionamento.

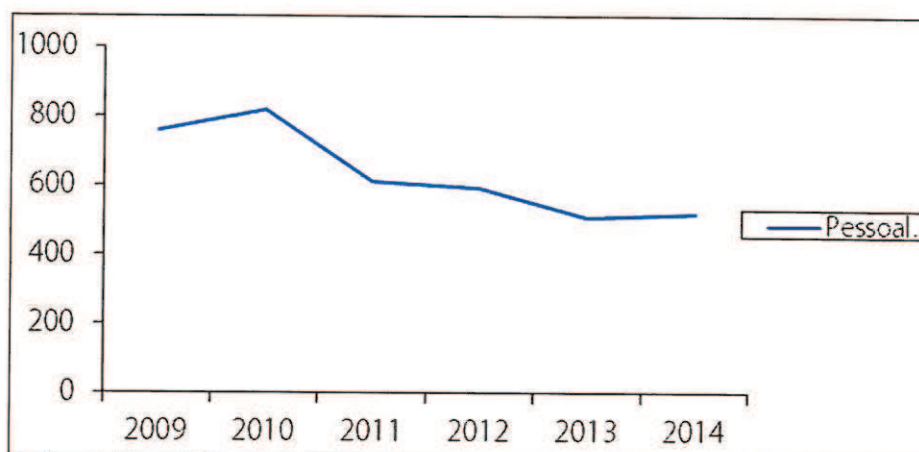
As despesas com “Aquisição de Bens e Serviços” devem-se essencialmente a aquisição de combustíveis e lubrificantes, trabalhos especializados, energia, encargos de cobrança de receitas e vários eventos desportivos e culturais para dinamização do concelho de Olhão, tendo-se verificado uma diminuição de 13,86% em relação ao ano anterior.

O Município de Olhão apresenta na presente gerência 519 funcionários, que se encontram distribuídos pelas várias Carreiras/Categorias Profissionais, verificando-se uma redução de 1 234 306,87€ das despesas com pessoal. Esta redução deve-se à diminuição do pessoal contrato a termo, do pessoal dirigente, dos abonos variáveis ou eventuais e dos encargos com segurança social.

Categoria	Quantidade
Diretor de Departamento	2
Chefe de Divisão	6
Dirigente Intermédio de 3º Grau	2
Comandante Bombeiros	1
Coordenador Técnico	12
Técnico Superior	60
Assistente Técnico	113
Assistente Operacional	259
Encarregado Operacional	12
Bombeiros	44
Técnico de Informática	4
Especialista de Informática grau 1	1
Fiscal Municipal	3
Total	519

Ao longo dos últimos anos existiu alguma variação no número de pessoal ao serviço do Município, tendo-se verificado um aumento substancial em 2009 em virtude da assinatura do contrato de execução com o Ministério da Educação em que foram transferidos 234 funcionários. Em 2011, verificou-se a cedência por interesse público de 153 funcionários para a empresa municipal Ambiolhão. Relativamente ao ano 2014 verificou-se um aumento 14 trabalhadores face ao ano anterior, devido à contratação de trabalhadores na área da educação.

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Pessoal serviço	757	816	610	592	505	519



4. Limites

4.1 Redução de trabalhadores nas autarquias locais

De acordo com o n.º 1 do art.º 62 da LOE/2014 as autarquias locais reduzem no mínimo, em 2% o número de trabalhadores face ao existente em 31 de dezembro de 2013, sem prejuízo do disposto no n.º 7 e do cumprimento do no art.º 55 do LOE/2014.

De acordo com o n.º 5 do art.º 62, para efeitos do disposto no n.º 1, não é considerado o pessoal necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local no domínio da educação, bem como no âmbito do atendimento digital assistido. São ainda considerados, para efeitos do n.º 1, os trabalhadores de empresas locais nas quais o município tenha uma influência dominante, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º

50/2012, de 31 de agosto, bem como os trabalhadores do município que, ao abrigo de instrumento de mobilidade, desempenham funções nas áreas metropolitanas ou nas comunidades intermunicipais.

No quadro seguinte identifica-se a situação do Município face ao limite previsto no referido artigo.

(Art. 62º)	Trabalhadores a 31/12/2013	Entradas	Saídas	Trabalhadores a 31/12/2013	Contratação ao abrigo do n.º 5	Trabalhadores a 31/12/2013 após exceção do n.º 5	% Redução
Do Município	296	17	11	302	10	292	
Do Município em mobilidade na comunidade intermunicipal	1	0	0	1		1	
Das empresas municipais sob influência dominante do município	201	22	30	193		193	
Total	498	39	41	496	10	486	2,41%

4.2 Endividamento municipal em 2014

O ano 2014 ficou marcado pela entrada em vigor da nova lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro). Este diploma veio aplicar um novo regime de crédito e de endividamento municipal.

O art.º 52º “Limite da dívida total” prevê que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

➤ Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2011	Receita Corrente Líquida 2012	Receita Corrente Líquida 2013	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
22 413 751,75	19 320 740,95	21 370 926,20	63 105 418,90	21 035 139,63

- Limite da dívida total 2014 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos)

$$1,5 * 21.035.139,63\text{€} = 31.552.709,45\text{€}$$

- Dívida total

Dívida Total							
Limite	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent.Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Orçamentais	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
	01/01/2014						
	25 523 501	0	25 523 501	25 262 773		6 289 936	1 257 987
31 552 709							
	31/12/2014						
	23 355 362	0	23 355 362	21 970 405		9 582 304	1 916 461
	Variação da Dívida %						
	Variação do Excesso da Dívida %						
	Utilização da Margem Disponível						
							4 550 355

Relativamente aos limites previstos no regime financeiro das autarquias locais (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), constata-se que o Município cumpre o limite da dívida total.

4.3. Empréstimos de médio e longo prazo

Entidade	Finalidade do Empréstimo	Capital utilizado	Encargos do ano 2014			Dívida em 1 de Janeiro	Dívida em 31 de Dezembro
			Amortização	Juros	Total		
C.G.D.	Ren. Urb. Av.ª 16 Junho e Z. Adjacentes (I)	71 994,42	3 885,95 €	240,15 €	4 126,10	31 087,60	27 201,65
C.G.D.	Saneamento Básico - 1ª Fase (I)	315 489,67	17 028,78 €	1 052,38 €	18 081,16	136 230,25	119 201,47
C.G.D.	Ren. Urb. Entrada Poente de Olhão (I)	189 573,13	9 117,13 €	563,43 €	9 680,56	72 937,04	63 819,91
C.G.D.	Ren. Urb. Av.ª Bernard. Silva/EN125/Rotunda (I)	127 759,30	6 895,90 €	426,16 €	7 322,06	55 167,19	48 271,29
C.G.D.	Empréstimo para Investimento (N)	1 995 191,59	128 731,08 €	5 913,62 €	134 644,70	985 255,17	856 524,09
C.G.D.	Empréstimo para Investimento (N)	2 000 000,00	127 203,78 €	6 791,01 €	133 994,79	1 172 551,73	1 045 347,95
C.G.D.	Rede de Águas de Moncarapacho - Ampliação e Remodelação (I)	95 936,07	7 963,00 €	917,62 €	8 880,62	75 648,56	67 685,56
C.G.D.	Reforço do abastecimento de Água à Fuseta (I)	72 162,10	8 416,04 €	169,69 €	8 585,73	12 624,06	4 208,02
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	762 248,00	44 310,03 €	2 451,53 €	46 761,56	499 978,91	455 668,88
C.G.D.	Financiamento complementar de Projetos Comparticipados (I)	649 951,13	37 588,62 €	2 129,93 €	39 718,55	434 053,59	396 464,97
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	771 194,00	44 468,02 €	2 423,59 €	46 891,61	524 412,88	479 944,86
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	1 032 806,00	60 385,24	3 636,15	64 021,39	807 068,29	746 683,05
C.G.D.	Empréstimo para Investimento	4 500 000,00	234 908,09	47 865,70	282 773,79	3 853 677,78	3 618 769,69
B.P.I.	Empréstimo para Investimento (N)	3 000 000,00	180 617,27	27 274,40	207 891,67	1 735 044,34	1 554 427,07
B.P.I.	Empréstimo para Aquisição de Habitação Social	2 023 106,00	89 947,35	7 309,13	97 256,48	1 774 748,86	1 684 801,51
CCAM	Saneamento Básico de Belmonte e Belamandil (I)	138 847,54	10 365,40	160,32	10 525,72	46 644,26	36 278,86
B.E.S.	Empréstimo para Investimento - BES (N)	520 000,00	28 888,88	2 483,07	31 371,95	296 111,18	267 222,30
I.H.R.U.	Habitação Social 12 Fogos * (I)	214 657,41	18 956,43	165,69	19 122,12	28 484,39	9 527,96
I.H.R.U.	Habitação Social 24 Fogos * (I)	444 336,59	38 278,66	334,58	38 613,24	57 518,42	19 239,76
I.H.R.U.	Habitação Social 52 Fogos * (I)	1 256 078,93	90 793,27	2 400,01	93 193,28	366 992,83	276 199,56
I.H.R.U.	Habitação Social 94 Fogos * (I)	1 226 942,15	105 682,63	923,73	106 606,36	158 801,24	53 118,61
I.H.R.U.	Renegociação dos empréstimos anteriores (I)	1 587 825,35	81,63	0,00	81,63	81,63	0,00
I.H.R.U.	Habitação Social 204 Fogos * (I)	4 950 622,00	196 013,18	20 445,36	216 458,54	3 907 630,81	3 711 617,63
IFDR	Requalificação Largos Zona Histórica de Olhão -PRU (N)	145 018,59	0,00	2 726,52	2 726,52	53 957,15	145 018,59
Estado	PAEL - Programa de Apoio à Economia Local (N)	4 066 207,89	282 615,52	99 710,61	382 326,13	3 815 309,39	3 532 693,87
Total		32 157 947,86	1 773 141,88	238 514,38	2 011 656,26	20 902 017,55	19 219 937,11

4.4 Equilíbrio das Contas das Sociedades Participadas

Durante o ano 2014 as empresas que o Município participa e que fazem parte do Sector Empresarial Local, são as constantes no mapa seguinte:

Designação	Sede	Participação no capital
Município S.A.	Tagus Park, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B, 2740 - 120 Porto Salvo	4 985,01 €
Mercados de Olhão, EM	Av.ª 5 de Outubro n.º 43, 8700-303 Olhão	25 000,00 €
Fesnima, Empresa Pública de Animação, EM	Largo Sebastião Mestre, 8700-349 Olhão	5 000,00 €
Ambiolhão - Empresa Municipal de Ambiente de Olhão, EM	Largo Sebastião Mestre, 8700-349 Olhão	340 000,00 €

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 40º do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa. O n.º 3 deste mesmo artigo vai ainda mais longe, estabelecendo que o Município deveria prever no seu orçamento anual o montante previsional necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, na proporção da respetiva participação social.

Nestes termos, caso o Município não efetue a transferência necessária para ultrapassar o desequilíbrio, a dívida destas entidades relevam para o cômputo do limite da dívida total do município, na proporção da participação do município no capital social da entidade, dando-se assim cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Refere ainda o n.º 2 do artigo 97º da Lei n.º 83-B/2013, de 31 de dezembro, que em 2014, para efeitos da aplicação do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total a considerar é a existente em 31 de dezembro de 2013.

Como se pode verificar pelo mapa seguinte, relativamente ao ano 2013, apenas a empresa Município não apresenta resultados líquidos antes de imposto positivo, mas apresenta saldo devedor no endividamento líquido, pelo que o Município terá de efetuar em 2014 a transferência financeira na proporção da sua participação (0,15%). Relativamente às restantes empresas está cumprida a regra do equilíbrio, não se aplicando o previsto anteriormente.

Relativamente ao ano 2014 a empresa Mercados de Olhão, EM não apresenta resultados líquidos antes de impostos positivos, pelo que o município irá efetuar a transferência financeira no mês seguinte à apreciação das contas da empresa local, de acordo com o previsto no n.º 4 do art.º 40 da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

Relativamente às restantes empresas está cumprida a regra do equilíbrio, não se aplicando o referido anteriormente.

Resultado Líquido		
	2013	2014
Municipia, SA	-1 236 822,86	57 270,60
Mercados de Olhão, EM	2 010,50	-37 836,27
Ambiohão – Empresa Municipa de Ambiente de Olhão, EM	18 844,18	21 715,15
Fesnima – Empresa Pública de Animação, EM	38 781,10	79 283,51

4.5 Serviço da Dívida

A análise seguinte contém informação sintetizada sobre a capitação do serviço da dívida pago pelo Município em 2014, nas vertentes dos encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações).

$$\frac{\text{Amortização}}{\text{Despesa Total}} = \frac{1\,773\,141,88\text{€}}{22\,898\,255,34\text{€}} \times 100 = 7,74\%$$

$$\frac{\text{Encargos Financeiros}}{\text{Despesa Corrente}} = \frac{361\,546,23\text{€}}{18\,963\,850,79\text{€}} \times 100 = 1,91\%$$

Como se pode verificar o serviço da dívida representa 7,74% da despesa total e os encargos financeiros 1,91% das despesas correntes

5. Aquisição de Bens de Capital/ Investimento Global

O investimento apurado a partir dos documentos de prestação de contas das autarquias locais não reflete a totalidade dos esforços efetuados nesta área, dado que não inclui, nomeadamente, as verbas despendidas através das obras realizadas por administração direta ou os investimentos realizados por freguesias, na sequência da celebração de protocolos com o Município, cujos montantes protocolados, em sede contabilística, corresponde a transferências de capital. O investimento reduziu a sua representatividade na estrutura total da despesa, passando de 11,14% para 5,42% em relação ao ano anterior, conforme se verifica no mapa do ponto 3.1.4 – Realização da Despesa.

Segue-se a desagregação do investimento pelas várias rubricas que o constituem:

Rubricas	2013	2014	Variação	
			Valor	Taxa
Terrenos	56 400,00	0,00	-56 400,00	-100,00%
Habitacões	37 586,61	11 186,00	-26 400,61	-70,24%
Edifícios	1 030 871,93	95 024,95	-935 846,98	-90,78%
Instalações de serviço	57 917,44	0,00	-57 917,44	-100,00%
Instalações desportivas e recreativas	261 601,07	0,00	-261 601,07	-100,00%
Mercados e instalações de fiscalizaçã sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00%
Escolas	711 353,42	95 024,95	-616 328,47	-86,64%
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00%
Construções diversas	159 205,91	95 055,55	-64 150,36	-40,29%
Bens domínio público	1 099 467,03	726 624,31	-372 842,72	-33,91%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	277 260,14	29 621,28	-247 638,86	-89,32%
Sistemas drenagem águas residuais	209 570,60	7 769,61	-201 800,99	-96,29%
Iluminação pública	0,00	0,00	0,00	0,00%
Parques e Jardins	98 077,37	0,00	-98 077,37	-100,00%
Captação e distribuição de água	69 822,59	0,00	-69 822,59	-100,00%
Viação rural	0,00	0,00	0,00	0,00%
Sinalizaçã e trânsito	41 796,65	0,00	-41 796,65	-100,00%
Infraestruturas p/ tratamento resíduos sólidos	47 989,93	148 247,68	100 257,75	208,91%
Outros (Urbanizaçã)	236 869,75	540 985,74	304 115,99	128,39%
Bens do património histórico, artístico e cultural	118 080,00	0,00	-118 080,00	-100,00%
Material de transporte	9 372,60	9 756,97	384,37	4,10%
Equipamento de informática	54 709,84	4 261,11	-50 448,73	-92,21%
Software informático	195 506,17	5 975,59	-189 530,58	-96,94%
Equipamento administrativo	16 235,81	10 356,60	-5 879,21	-36,21%
Equipamento básico	193 838,74	253 596,70	59 757,96	30,83%
Ferramentas e utensílios	609,91	0,00	-609,91	-100,00%
Artigos e objetos de valor	0,00	0,00	0,00	0,00%
Investimentos incorpóreos	101 845,71	28 656,50	-73 189,21	-71,86%
Locaçã Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	2 955 650,26	1 240 494,28	-1 715 155,98	-58,03%

Analisando a variaçã da aquisiçã de bens de capital entre o ano 2013 e 2014 verifica-se que esta teve uma reduçã expressiva de 58,03%, tendo o investimento mais expressivo sido canalizado para "Outros (Urbanizaçã)", seguido do "Equipamento básico".

Esta diferençã tão expressiva deve essencialmente aos pagamentos efetuados em 2013 no âmbito do programa PAEL.

6. Fluxos de Caixa

	Recebimentos 2013	Recebimentos 2014
Saldo da Gerência Anterior	1 139 218,09	2 051 765,08
Execução Orçamental	749 463,57	1 791 047,28
Operações de Tesouraria	389 754,52	260 717,80
Total das Receitas Orçamentais	27 567 381,57	22 641 222,23
Receitas Correntes	21 444 977,50	21 042 820,99
Receitas Capital	6 122 404,07	1 598 401,24
Operações de Tesouraria	1 804 635,61	1 780 052,64
Total	30 511 235,27	26 473 039,95

	Pagamentos 2013	Pagamentos 2014
Total das Despesas Orçamentais	26 525 797,86	22 898 255,34
Despesas Correntes	21 298 461,84	18 963 850,79
Despesas Capital	5 227 336,02	3 934 404,55
Operações de Tesouraria	1 933 672,33	1 744 208,69
Saldo para a Gerência Seguinte	2 051 765,08	1 830 575,92
Execução Orçamental	1 791 047,28	1 534 014,17
Operações de Tesouraria	260 717,80	296 561,75
Total	30 511 235,27	26 473 039,95

Neste mapa podemos verificar as entradas e saídas de tesouraria, de onde se conclui que no ano 2014 houve uma diminuição de 13,24% relativamente ao ano anterior.

7. RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Após a análise efetuada às receitas e despesas deste Município é fundamental fazer um balanço, o qual resulta num saldo disponível que se traduz em poupança corrente que foi canalizada para investimento.

Descrição	Receita Cobrada	Despesa Efetuada	Diferença
Saldo inicial			1 791 047,28
Correntes	21 042 820,99	18 963 850,79	2 078 970,20
Capital	1 598 401,24	3 934 404,55	-2 336 003,31
Total	22 641 222,23	22 898 255,34	1 534 014,17

Com base em princípios de gestão, de acordo com os quais é positiva a orientação da poupança corrente para financiamento das despesas de capital, constata-se que a receita corrente é de 2 078 970,20€ superior à despesa da mesma natureza, da qual 2 336 003,31€ é canalizada para investimento,

ficando o valor remanescente 1.534.014,17€ como saldo para a gerência seguinte.

8. ANÁLISE PATRIMONIAL

A CMO adotou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, aprovado pelo D. L. n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro no ano 2002.

8.1 Características da informação financeira

As demonstrações financeiras devem proporcionar informação acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das operações, para que sejam úteis ao planeamento, controlo e à tomada de decisão.

Neste sentido, as demonstrações financeiras devem revelar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e do resultado das operações da entidade, com base em características qualitativas (relevância, fiabilidade e comparabilidade), princípios orçamentais e contabilísticos e regras previsionais legalmente estabelecidas no POCAL.

8.2 Balanço

	2014	2013	% Cresc. 2013/2014	2012	2011
Ativo Líquido					
Bens de Domínio Público	27 865 187,79	31 293 208,40	-10,95%	33 909 116,64	33 848 807,52
Imobilizações Incorpóreas	81 807,38	263 647,04	-68,97%	307 872,82	58 499,38
Imobilizações Corpóreas	83 896 191,21	84 975 046,94	-1,27%	85 679 378,02	87 032 054,78
Investimentos Financeiros	5 428 710,70	4 340 317,98	25,08%	4 490 818,98	4 475 318,98
Existências	136 856,38	65 020,24	110,48%	75 787,85	80 317,83
Dívidas de terceiros, médio e longo prazo	10 603 617,60	10 859 124,49	-2,35%	10 859 124,49	10 603 617,60
Dívidas de terceiros, curto prazo	1 412 976,60	1 586 347,48	-10,93%	2 074 645,49	1 851 084,95
Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	1 830 575,91	2 051 765,07	-10,78%	1 139 218,08	1 024 738,88
Acréscimos e diferimentos	421 431,82	667 996,58	-36,91%	545 836,70	426 258,66
Total do Ativo Líquido	131 677 355,39	136 102 474,22	-3,25%	139 081 799,07	139 400 698,58
Fundos Próprios e Passivo					
Património	109 568 470,42	109 281 205,42	0,26%	109 277 488,74	109 276 988,74
Doações	10 050 756,49	9 730 146,00	3,30%	8 112 498,53	3 005 755,53
Reservas decorrentes de transferência de ativos	5 858 939,00	5 858 939,00	0,00%	5 858 939,00	5 858 939,00
Resultados transitados	-41 396 537,30	-39 707 446,84	4,25%	-37 237 246,92	-35 033 982,43
Resultado Líquido do Exercício	-1 445 284,31	-1 689 090,46	-14,43%	-2 473 645,75	-2 203 264,49
Provisões para Riscos e Encargos	1 273 591,43	1 981 896,42	-35,74%	1 862 221,35	1 859 682,45
Dívidas a terceiros, M/L prazo	20 308 329,83	20 902 017,55	-2,84%	18 755 279,56	20 228 399,92
Dívidas a terceiros, curto prazo	3 059 273,14	4 647 423,29	-34,17%	11 758 637,79	14 158 493,43
Acréscimos e diferimentos	24 399 816,69	25 097 383,84	-2,78%	23 167 626,77	22 249 686,43
Total dos Fundos Próprios e Passivo	131 677 355,39	136 102 474,22	-3,25%	139 081 799,07	139 400 698,58

Pode-se verificar uma redução pouco expressiva do balanço (3,25%) relativamente ao ano anterior, no entanto é necessário efetuar-se uma pequena análise dos grupos constantes deste mapa:

➤ Ativo líquido

Diminuição das dívidas de terceiros de curto prazo de 10,93%, pela redução dos outros devedores e a um aumento das provisões de cobrança duvidosa.

Relativamente às dívidas de médio e longo prazo estas são referentes às condições constantes do contrato de gestão celebrado com a empresa municipal Ambiolhão, pela transferência dos bens afetos à atividade da empresa, tendo-se verificado uma redução de 2,35% em virtude da devolução de bens transferidos no terceiro aditamento do referido contrato, aprovado pelo órgão deliberativo.

No que respeita aos Investimentos financeiros verifica-se um aumento de 25,08% por força da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, a qual prevê a contribuição dos Municípios no capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM), cabendo ao Município de Olhão o valor de 1.088.392,72€ com realização a efetuar até 2021.

Os Acréscimos e Diferimentos também registam alteração quando comparados com 2013, registando-se uma redução na especialização dos acréscimos de proveitos, em virtude da especialização efetuada em 2013 de valores recebidos em 2014 relativos à transferência da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.

Redução generalizada das rubricas do ativo à exceção das existências.

➤ Fundos Próprios e Passivo

As Dívidas a Terceiros de Curto Prazo registam uma redução substancial pela contenção da despesa verificada durante a presente gerência.

Nas Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo encontra-se registado o valor correspondente ao capital social por realizar do Fundo de Apoio Municipal. Este valor, de acordo com o OE/2015, não revela para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do art.º 52 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Foi reduzida as provisões riscos e encargos pelo pagamento à Edifer Construções Pires Coelho e Fernandes, SA da dívida proveniente das sentenças judicial (1 222 719,86€) e reforçada a provisão pelo processo judicial com a empresa Eduardo Pinto Viegas Construções, Lda. (347 878,74) e pelos processos de contraordenações (166 535,13€).

Relativamente aos fundos próprios verifica-se um aumento dos resultados transitados por acumulação de resultados líquidos negativos verificados ao longo dos anos.

Aumento de 320 610,49€ das doações por via da avaliação de bens do domínio público e privado, essencialmente dos processos de loteamento.

O exercício apresenta um resultado líquido negativo no valor de 1 445 284,31, valor inferior ao ano anterior em 14, 43%.

8.3 Demonstração de Resultados

	2014	2013	% Cresc. 2013/2014	2012	2011
Custos e Perdas					
CMVMC	190 108,89	292 845,84	-35,08%	262 422,32	799 943,55
Fornecimento e serviços externos	4 614 408,45	5 026 530,73	-8,20%	5 289 832,90	6 221 135,01
Custos com o pessoal	8 251 524,89	9 124 712,32	-9,57%	8 650 182,64	10 277 013,45
Transf. / Subs. correntes conced. e prest. sociais	3 259 270,36	3 414 942,15	-4,56%	3 358 508,47	3 445 139,99
Amortizações do exercício	6 181 017,88	6 267 502,57	-1,38%	6 173 666,78	5 845 468,58
Provisões do exercício	581 029,71	330 312,04	75,90%	69 227,52	749 846,71
Outros custos operacionais	79 057,81	77 190,37	2,42%	61 618,79	83 085,37
Custos e perdas financeiras	244 638,56	242 161,74	1,02%	479 539,55	638 853,68
Custos e perdas extraordinárias	843 533,18	783 886,90	7,61%	1 051 309,57	1 429 992,19
Total dos Custos e Perdas	24 244 589,73	25 560 084,66	-5,15%	25 396 308,54	29 490 478,53
Proveitos e Ganhos					
Vendas e Prestações de Serviços	1 016 295,23	1 050 768,77	-3,28%	1 174 889,00	1 042 314,77
Impostos e Taxas	9 007 345,86	9 463 442,59	-4,82%	8 267 659,35	8 241 485,03
Transferências e Subsídios Obtidos	9 741 095,01	10 310 934,52	-5,53%	10 818 622,14	11 472 445,46
Outros proveitos e ganhos operacionais	845 889,71	840 381,17	0,66%	888 548,99	812 294,53
Proveitos e ganhos financeiros	561 936,88	464 341,46	21,02%	460 184,43	534 759,65
Proveitos e ganhos extraordinários	1 626 742,73	1 741 125,69	-6,57%	1 312 758,88	5 183 914,60
Total dos Proveitos e Ganhos	22 799 305,42	23 870 994,20	-4,49%	22 922 662,79	27 287 214,04
Resultado Líquidos	-1 445 284,31	-1 689 090,46	-14,43%	-2 473 645,75	-2 203 264,49

Em termos gerais, verifica-se uma redução dos custos em 5,15% e dos proveitos em 4,49%, o que contribuiu para reduzir o Resultado Líquido negativo face ao ano anterior.

Os Custos com Pessoal, quando comparados com o ano de 2013, registam uma redução de 873 187,43€, na generalidade das rubricas de pessoal.

Redução pouco expressiva das amortizações do exercício.

Outros Custos Operacionais tiveram um aumento pouco expressivo em termos de valor.

Aumento ligeiros dos custos financeiros em virtude do pagamento de duas prestações do empréstimo PAEL.

Aumento dos custos e perdas extraordinários devido essencialmente às Perdas em Imobilizações (Rendas Resolúveis) e Multas e Penalidades (Processo Edifer).

Em relação aos Proveitos há a salientar uma ligeira redução das Vendas e Prestações de Serviços, dos Impostos e Taxas, das Transferências e Subsídios Obtidos e dos Proveitos e Ganhos Extraordinários e um aumento dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais e Proveitos e Ganhos Financeiros.

Como se pode verificar houve uma melhoria do resultado líquido do exercício face ao ano anterior, devido a uma redução superior dos custos em relação à redução dos proveitos do exercício.

8.4 Análise de algumas rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados

8.4.1 Imobilizações

	2014	2013	% Cresc. 2014/2013
Ativo Bruto			
Bens domínio público	77 684 658,09	76 791 799,61	1,16%
Imobilizações Incorpóreas	1 054 993,36	1 024 570,06	2,97%
Imobilizações Corpóreas	103 868 093,28	103 579 455,57	0,28%
Investimentos Financeiros	5 428 710,70	4 340 317,98	25,08%
Total do Ativo Bruto	188 036 455,43	185 736 143,22	1,24%
Amortizações			
Bens domínio público	49 819 470,30	45 498 591,21	9,50%
Imobilizações Incorpóreas	973 185,98	760 923,02	27,90%
Imobilizações Corpóreas	19 971 902,07	18 604 408,63	7,35%
Total das Amortizações	70 764 558,35	64 863 922,86	9,10%
Total do Ativo Líquido	117 271 897,08	120 872 220,36	-2,98%

Como se pode verificar o imobilizado bruto teve um aumento pouco expressivo 1,24%, por via da avaliação de alguns bens do domínio público e privado e pelo capital social do Fundo de Apoio Municipal, tendo o seu valor líquido uma redução de 2,98% por força das amortizações.

8.4.2 Provisões

Foram considerados para o cálculo das provisões as dívidas há mais de 6 e 12 meses, de acordo com o ponto 2.7.1 do POCAL

Descrição	Valor da provisão		Total
	Mais 12 meses 100%	Entre 6 e 12 meses 50%	
Ilha da Armona	11 650,14	3 520,45	15 170,59
Mercados e Feiras	0,00	0,00	0,00
Publicidade e Ocupação Via Pública	21 956,76	0,00	21 956,76
Serviços desportivos	117 987,87	1 367,03	119 354,90
Serviços educação	114 681,90	11 739,26	126 421,16
Habitação Social	98 935,37	6 771,68	105 707,05
Bombeiros	21 833,54	365,52	22 199,06
Águas	284 405,67	0,00	284 405,67
Total	671 451,25	23 763,94	695 215,19

8.4.3 Demonstração do custo das matérias vendidas e consumidas

	2014	2013	% Cresc. 2014/2013	2012	2011
CMVMC					
Mercadorias	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	190 108,89	292 845,84	-35,08%	262 422,32	799 943,55
Total CMVMC	190 108,89	292 845,84	-35,08%	262 422,32	799 943,55

Em 2014, o Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas reduziu 35,08%, encontrando-se em stocks apenas as quantidades mínimas necessárias.

8.4.4 Resultados Financeiros

	2014	2013	% Cresc. 2014/2013	2012	2011
Resultados Financeiros					
Proveitos Financeiros	561 936,88	464 341,46	21,02%	460 184,43	534 759,65
Custos Financeiros	244 638,56	242 161,74	1,02%	479 539,55	638 853,68
Resultados Financeiros	317 298,32	222 179,72	42,81%	-19 355,12	-104 094,03

Verifica-se uma evolução positiva muito expressiva dos resultados financeiros, proporcionada pelo aumento mais expressivo dos proveitos em relação ao aumento dos custos.

8.4.5 Resultados extraordinários

	2014	2013	% Cresc. 2014/2013	2012	2011
Resultados Extraordinários					
Proveitos Extraordinários	1 626 742,73	1 741 125,69	-6,57%	1 312 758,88	5 183 914,60
Custos Extraordinários	843 533,18	783 886,90	7,61%	1 051 309,57	1 429 992,19
Resultados Financeiros	783 209,55	957 238,79	-18,18%	261 449,31	3 753 922,41

A variação dos Resultados Extraordinários, é provocada pela redução dos proveitos e aumento dos custos.

No que respeita aos custos o valor mais expressivo é as correções relativas a exercícios anteriores as quais tiveram uma redução face ao ano anterior seguido das Perdas em Imobilizações.

Relativamente aos proveitos também a rubrica mais expressiva é os Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários (Transferências de Capital), seguida dos Benefícios de Penalidades Contratuais.

8.4.6 Indicadores de natureza patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público

e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Indicadores	2014	2013
Estrutura do Ativo		
Ativo fixo/Ativo total	88,97%	88,81%
Ativo circulante/Ativo total	2,59%	2,72%
Ativo fixo/Ativo circulante	3436,97%	3264,05%
Estrutura do Passivo		
Passivo longo prazo/Passivo total	41,41%	39,72%
Passivo de curto prazo/Passivo total	6,38%	8,83%
Passivo de longo prazo/Passivo curto prazo	628,25%	449,75%
Análise do Ativo Fixo		
Ativo fixo/Endividamento a médio e longo prazo	604,49%	578,28%
Amortizações acumuladas/Imobilizado bruto	37,85%	34,92%
Análise do Passivo exigível		
Coeficiente de endividamento a curto prazo		
Divida de curto prazo/Património líquido	3,70%	5,57%
Coeficiente de endividamento a longo prazo		
Divida de médio longo prazo/Património líquido	23,26%	25,04%
Índices de Liquidez		
Disponibilidades/Exigível a curto prazo	59,84%	44,15%
Ativo circulante/Exigível a curto prazo	110,50%	79,68%
Índices de Solvência		
Dividas a terceiros/Ativo total	17,06%	18,77%

8.4.7 Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Face ao Resultado Líquido do Exercício de -1 445 284,31€ (um milhão, quatrocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e quatro euros e trinta e um cêntimo), nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL propõe-se a sua aprovação e que o mesmo seja levado à conta 59 – Resultados Transitados.

9. CONTABILIDADE DE CUSTOS

O Desenho e Implementação de um Sistema de Contabilidade de Custos para apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços é obrigatório nos termos do n.º 2.8.3.1 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

À Contabilidade de Custos, cumpre clarificar a aplicação dos recursos públicos numa perspetiva de economia, eficiência, eficácia e possibilitando um controlo de gestão sobre aspetos concretos da atividade Municipal, distinguindo-se da Contabilidade Patrimonial na medida em que, ao invés de ter por objeto as relações da Autarquia com o exterior, focaliza-se no registo e controlo de todos os movimentos internos, permitindo a elaboração de informação indicativa do alcance dos objetivos planeados. Assim os outputs da Contabilidade de Custos, deverá ser analisada numa ótica de complementaridade relativamente à Contabilidade Patrimonial e Orçamental, pelo que, a sua leitura deve ser interpretada nesta perspetiva e não como confronto/validação de valores.

O Município de Olhão tem implementado o Sistema de Contabilidade de Custos, o qual tem proporcionado informação sustentada da performance económica da atividade autárquica nos seguintes domínios:

1. Quantificar a estrutura de custos da unidade orgânica;
2. Delimitar o custo das Atividades, Eventos e Projetos Municipais;
3. Quantificar os custos, quando aplicável, dos Serviços Prestados e Bens produzidos pelo Município;
4. Quantificar o custo das transferências para Entidades Terceiras (em numerário/valor e em espécie);
5. Assegurar que a gestão de stocks do Município de Olhão cumpre os requisitos de uma gestão moderna, satisfazendo os princípios da economia, eficiência e eficácia;
6. Delimitar o custo com Máquinas e viaturas (cálculo do custo hora/máquina e custo km/viatura);
7. Auxiliar a determinação da quantia das taxas e preços públicos.

A macroestrutura de centros de custos utilizada pelo Município foi criada tendo em vista a imputação de todos os tipos de custos possíveis no âmbito das atribuições e competências a que o Município está incumbido pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Persistem alguns condicionalismos na plena classificação dos custos, pelo que, embora registando assinaláveis avanços na sua classificação, a

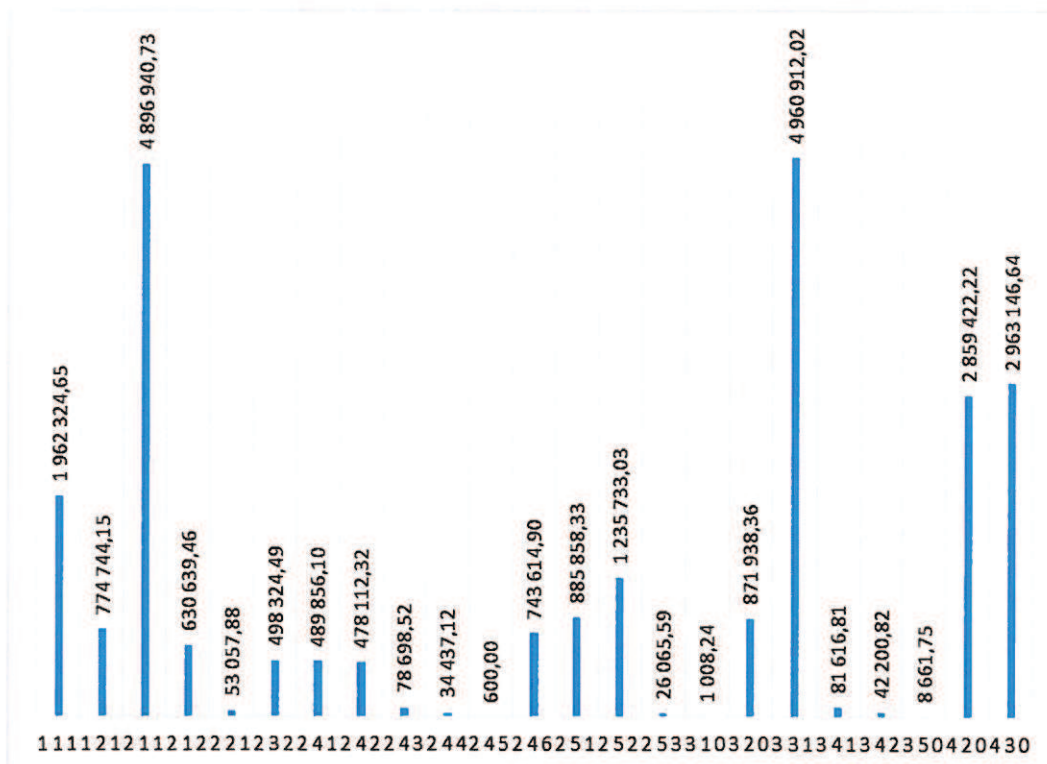
análise a que se procede é ainda influenciada pela qualidade dos resultados obtidos, situação que se pretende ver ultrapassada no próximo ano.

Dos resultados obtidos com o Sistema de Contabilidade de custos de 2014, o apuramento dos custos por funções é o seguinte:

Apuramento por Funções

Função	Designação da Função	Custos (€)
111	Administração geral	1.962.324,65
121	Proteção civil e luta contra incêndios	774.744,15
211	Ensino não superior	4.896.940,73
212	Serviços auxiliares de ensino	630.639,46
221	Serviços individuais de saúde	53.057,88
232	Ação social	498.324,49
241	Habitação	489.856,10
242	Ordenamento do território	478.112,32
243	Saneamento	78.698,52
244	Abastecimento de água	34.437,12
245	Resíduos sólidos	600,00
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	743.614,90
251	Cultura	885.858,33
252	Desporto, recreio e lazer	1.235.733,03
253	Outras atividades cívicas e religiosas	26.065,59
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	1.008,24
320	Indústria e energia	871.938,36
331	Transportes rodoviários	4.960.912,02
341	Mercados e feiras	81.616,81
342	Turismo	42.200,82
350	Outras funções económicas	8.661,75
420	Transferências entre administrações	2.859.422,22
430	Diversas não especificadas	2.963.146,64

Representação Gráfica do apuramento das Funções



De acordo com os custos apurados nas funções, as funções que se destacam a nível de custos são a “211 – Ensino não superior” e a “331- Transportes Rodoviários”, que representam o grande investimento feito nos últimos anos nas infraestruturas rodoviárias, sinalização, parques de estacionamento e parque escolar por via das amortizações associadas.

Os custos apurados nas restantes funções, além do investimento realizado em anos anteriores, onde o peso dos custos advém das amortizações, representam também o enorme esforço financeiro e aposta do Município, essencialmente, nas áreas da Educação, Desporto, Cultura, Meio Ambiente e Ação Social.

É de referir que os custos com pessoal e amortizações são os mais representativos dos custos totais de cada função.



município de **Olhão**

...mais para si!



CONCLUSÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO



CONCLUSÃO



Após a análise detalhada da situação financeira deste Município ao longo deste relatório, constata-se que em termos gerais o ano 2014 ficou marcado pela contenção orçamental e pelo desempenho positivo em algumas áreas, nomeadamente:

- Execução orçamental da receita de 78,00% e da despesa de 73,11%;
- Redução de 13,72% da receita e de 13,68% da despesa;
- Cumprimento dos limites previsto na lei (redução de pessoal e dívida total);
- Redução dos bens de capital (domínio público e privado) em 58,03%;
- Poupança significativa de correntes para financiamento das despesas de capital;
- Resultado líquido negativo no valor de -1 445 284,31€ (melhoria em relação ao ano anterior).



município de **Olhão**

mais para si



EXECUÇÃO DO PAEL



II. EXECUÇÃO DO PAEL

Em 2012 o governo criou o PAEL – Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, enquanto instrumento financeiro, tendo por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registado no SIIAL – Sistema Integrado de Informação da Administração Local, à data de 31 de março de 2012, nos termos da Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto e Portaria n.º 281-A/2012 de 14 de Setembro, sendo necessário determinar uma estratégia, consubstanciada num Plano de Ajustamento Financeiro, com medidas concretas e quantificadas com vista a alcançar o restabelecimento da situação financeira do município, com especial incidência na redução e racionalização da despesa, na otimização da receita e no incremento do controlo interno;

O município enquadrou-se no Programa II do PAEL, reunindo condições para apresentar uma candidatura de adesão, a qual pressupõe o recurso a um empréstimo, celebrando o seu contrato com o Estado Português e obtido o visto do Tribunal de Contas em 27/05/2013, no valor de 4.083.539,95€

A disponibilização do montante de financiamento foi efetuado em duas tranches, uma em junho e outra em outubro de 2013.

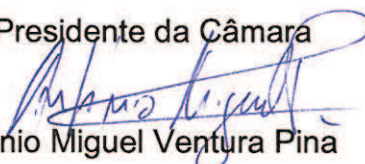
No final de 2013 a dívida incluída no programa encontrava-se totalmente liquidada.

De acordo com o n.º 2 do art. 12º da Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto, todos os Municípios aderentes estão obrigados a incluir no relatório da conta de gerência um anexo relativo à execução do PAEL.

Em anexo ao presente relatório encontra-se os vários mapas de execução do referido programa.

Olhão, 3 de abril de 2015

O Presidente da Câmara



António Miguel Ventura Pina



município de **Olhão**

mais para si



ANEXOS



PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO I: SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

Município:

Olhão

Data:

29/01/2015

Descrição				Valores Apurados 2013	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação	Valores estimados PAF	Valores Apurados 2014 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação
	2011	2012	2013				2014			
A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)	636 195,62	380 524,00	1 131 758,00	749 463,57	-382 294,43		859 837,00	1 791 047,28	931 210,28	
A2. Reposições não abatidas nos pagamentos	14 799,00	2 051,00	8 425,00	1 840,57	-6 584,43		5 238,00	307 078,46	301 840,46	
A3. Receita efetiva	26 684 804,16	23 841 654,00	24 848 731,00	23 350 961,28	-1 497 769,72		24 900 193,00	22 243 082,33	-2 657 110,67	
A3.1. Receita corrente	24 354 057,36	20 539 897,00	20 342 482,00	21 444 977,50	1 102 495,50		20 441 190,00	21 042 820,99	601 630,99	
A3.2. Receita capital (s/ ativos e passivos financ.)	2 330 746,80	3 301 757,00	4 506 249,00	1 905 983,78	-2 600 265,22		4 459 003,00	1 200 261,34	-3 258 741,66	
... da qual					0,00					
A3.2.1. Venda de bens de investimento	6,00	0,00	1 190 000,00	56 400,00	-1 133 600,00		1 150 000,00	0,00	-1 150 000,00	
A4. Despesa efetiva	25 211 456,06	24 344 844,00	24 491 417,00	24 501 476,68	10 059,68		23 211 842,00	20 240 113,46	-2 971 728,54	
A4.1. Correntes	22 800 210,95	20 176 176,00	20 783 423,00	21 298 461,84	515 038,84		20 098 190,00	18 963 850,79	-1 134 339,21	
... das quais					0,00					
A4.1.1. Juros	496 852,39	542 027,00	838 555,00	428 629,09	-409 925,91		835 312,00	361 546,23	-473 765,77	
a. Resultantes do PAEL		0,00	346 787,00	29 692,44	-317 094,56		329 196,00	99 710,61	-229 485,39	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	376 543,06	383 364,00	377 042,00	164 947,54	-212 094,46		411 293,00	138 803,77	-272 489,23	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	120 309,33	158 663,00	114 726,00	233 989,11	119 263,11		94 823,00	123 031,85	28 208,85	
A4.1.2. Despesas com pessoal	10 880 517,88	10 536 351,00	9 890 517,00	9 431 461,82	-459 055,18		9 250 134,00	8 197 154,95	-1 052 979,05	
A4.2. Despesas de capital (s/ ativos e passivos financ.)	2 411 245,11	4 168 668,00	3 707 994,00	3 203 014,84	-504 979,16		3 113 652,00	1 276 262,67	-1 837 389,33	
A5. Saldo global	1 473 348,10	-503 190,00	357 314,00	-1 150 515,40	-1 507 829,40		1 688 351,00	2 002 968,87	314 617,87	
A5.1. Saldo corrente	1 553 846,41	363 721,00	-440 941,00	146 515,66	587 456,66		343 000,00	2 078 970,20	1 735 970,20	
A5.2. Saldo de capital	-80 498,31	-866 911,00	798 255,00	-1 297 031,06	-2 095 286,06		1 345 351,00	-76 001,33	-1 421 352,33	
A6. Saldo primário	1 970 200,49	38 837,00	1 195 869,00	-721 886,31	-1 917 755,31		2 523 663,00	2 364 515,10	-159 147,90	
A7. Ativos financeiros líquidos amortizações	0,00	-1 747 500,00	-742 500,00	25 664,68	768 164,68		0,00	-885 000,00	-885 000,00	
A7.1. Receitas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	94 414,68	94 414,68		0,00	0,00	0,00	
A7.2. Despesas de ativos financeiros	0,00	1 747 500,00	742 500,00	68 750,00	-673 750,00		0,00	885 000,00	885 000,00	
A8. Passivos financeiros líquidos amortizações	-1 743 818,98	2 999 872,00	104 839,00	2 164 593,86	2 059 754,86		-1 751 141,00	-1 682 080,44	69 060,56	
A8.1. Receitas de passivos financeiros	0,00	4 567 810,00	1 957 633,00	4 120 165,04	2 162 532,04		0,00	91 061,44	91 061,44	
A8.2. Despesas de passivos financeiros	1 743 818,98	1 567 938,00	1 852 794,00	1 955 571,18	102 777,18		1 751 141,00	1 773 141,88	22 000,88	
a. Resultantes do PAEL			322 639,00	250 898,50	-71 740,50		340 230,00	282 615,52	-57 614,48	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	1 743 818,98	1 567 938,00	1 530 155,00	1 704 672,68	174 517,68		1 410 911,00	1 490 526,36	79 615,36	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
A9. Receita total	26 699 603,16	28 411 515,00	26 814 789,00	27 567 381,57	752 592,57		24 905 431,00	22 641 222,23	-2 264 208,77	
A10. Despesa total	26 955 275,04	27 660 282,00	27 086 711,00	26 525 797,86	-560 913,14		24 962 983,00	22 898 255,34	-2 064 727,66	
A11. Saldo para a gerência seguinte	380 523,74	1 131 757,00	859 836,00	1 791 047,28	931 211,28		802 285,00	1 534 014,17	731 729,17	
A12. Serviço da dívida	2 240 671,37	2 109 965,00	2 691 349,00	2 384 200,27	-307 148,73		2 586 453,00	2 134 688,11	-451 764,89	
A13. Endividamento total	33 853 848,92	32 898 201,00	33 083 738,00	25 549 440,84	-7 534 297,16		31 160 757,00	22 106 377,53	-9 054 379,47	
A13.1 Bancário	20 228 399,92	25 895 589,00	24 042 796,00	20 902 017,55	-3 140 778,45		22 291 656,00	19 219 937,11	-3 071 718,89	
A13.1.1 Médio e longo prazo	20 228 399,92	25 895 589,00	24 042 796,00	20 902 017,55	-3 140 778,45		22 291 656,00	19 219 937,11	-3 071 718,89	
a. Resultante do PAEL			0,00	3 815 309,39	3 815 309,39		0,00	3 532 693,87	3 532 693,87	
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo c)	20 228 399,92	25 895 589,00	24 042 796,00	17 086 708,16	-6 956 087,84		22 291 656,00	15 687 243,24	-6 604 412,76	
A13.1.2 Curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	
A13.2 Fornecedores	9 852 413,00	4 609 777,00	5 918 287,00	4 252 352,25	-1 665 934,75		5 805 798,00	2 549 627,11	-3 256 170,89	
A13.3 Outra dívida a terceiros não financeira	3 773 036,00	2 392 835,00	3 122 655,00	395 071,04	-2 727 583,96		3 063 303,00	336 813,31	-2 726 489,69	
A14. Prazo médio de pagamento (n.º dias)	299	237	127	73	-54		134	47	-86,63	

c) Corresponde à conta 2312 (incluindo designadamente os empréstimos do IHRU/INI)

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO II: MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Município:

Oitão

Data:

29/01/2015

Descrição das medidas	Data início prevista para os efeitos da aplicação da medida	2011		Valores executados		Quantificação do impacto financeiro previsto resultado da aplicação da medida (balanço geral e contas, em milésimos a 2011, resultado da implementação da medida)		Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida	Quantificação do impacto financeiro previsto resultado da aplicação da medida (balanço geral e contas, em milésimos a 2011, resultado da implementação da medida)		Valores executados		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação dos impactos da medida
		2012		2013		2014		2014									
		Valor ano	Peso/impacto nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto	Valor ano	Peso/impacto nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto			Valor ano	Desvio face ao previsto	Valor ano	Desvio face ao previsto		
B.1 Aumento da receita																	
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários																	
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município																	
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita																	
Venda de lotes no loteamento municipal "Porto Recreio"	2013	0,00	0,00	0%	0,00	0,00	0,00	0%	0,00	0,00		0,00	0%	0,00	0,00		
Venda de terreno na Urbanização Turística de Marim	2013	0,00	0,00	0%	0,00	0,00	0,00	0%	0,00	0,00		0,00	0%	0,00	0,00		
Venda de lotes no loteamento municipal da Fuseta	2013	0,00	0,00	0%	0,00	0,00	0,00	0%	0,00	0,00		0,00	0%	0,00	0,00		
... discriminar cada medida numa linha																	
<i>Total Aumento de receita (B.1)</i>																	
B.2 Redução da despesa																	
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais																	
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa																	
Instalação de reguladores de intensidade do fluxo luminoso	2013	1 667 190,59	-190 723,82	-7%	2 854 801,15	-248 449,95	-88 467,55	-3%	2 575 609,78	-97 733,40		-349 363,12	-21%	1 317 827,47	-223 438,27		
Redução de 50% no nº de espetáculos no Auditório Municipal	2013	68 600,00	-11 261,00	-16%	79 861,00	-29 861,00	-42 156,42	-2%	6 443,58	27 856,42		-68 600,00	-100%	0,00	-34 900,00		
Redução de 10% das transferências para instituições sem fins lucrativos	2013	807 977,41	-157 528,65	-19%	965 506,06	-300 645,34	275 634,40	10%	1 083 611,81	-356 432,14		-294 686,11	-36%	913 291,30	-141 170,40		
Redução dos custos com juros de mora por via da amortização de dívida com recurso ao empréstimo PAEL	2013	120 309,33	-49 880,15	-41%	170 189,48	-11 526,00	113 679,78	4%	233 989,11	-119 263,59		2 722,52	2%	123 031,85	-8 306,33		
<i>Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)</i>																	
B.3 Outras medidas																	
6. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)																	
7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte alguma alteração de impacto financeiro para o município b)																	
8. Outras medidas b)																	
... discriminar cada medida numa linha																	
<i>Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)</i>																	
<i>Total impacto esperado (B.1+B.2+B.3)</i>																	

b) Indicação do tipo de impacto que podem ter: no caso de aumento de receitas indicar com sinal positivo; no caso de aumento da despesa indicar com sinal negativo.

c) Deven ser registadas todas as medidas implementadas pelo Município. Caso as medidas não estejam listadas no quadro, deverão acrescentar as linhas necessárias.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Município:

Olhão

Data:

29/01/2015

Descrição	Valores apresentados em candidatura			Valores Executados 2013	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2014	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	Valores apurados						Valores estimados PAF			
	2011	2012 total	2013 total				2014			
Receitas correntes	24 354 057,36	20 539 897,18	20 342 482,22	21 444 977,50	1 102 495,28		20 441 189,71	21 042 820,99	601 631,28	
Impostos directos	7 589 389,31	7 763 969,86	7 763 969,86	9 362 769,42	1 598 799,56		7 763 969,86	9 029 552,13	1 265 582,27	
IMI	4 638 918,08	4 756 465,14	4 756 465,14	6 495 120,42	1 738 655,28		4 756 465,14	6 133 257,88	1 376 792,74	
IMT	2 160 821,33	2 076 185,62	2 076 185,62	1 768 363,52	-307 822,10		2 076 185,62	1 845 641,80	-230 543,82	
Derrama	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Outros	789 649,90	931 319,10	931 319,10	1 099 285,48	167 966,38		931 319,10	1 050 652,45	119 333,35	
Impostos indirectos	502 158,32	434 886,22	434 886,22	99 064,81	-335 821,41		434 886,22	40 730,16	-394 156,06	
Taxas, multas e outras penalidades	199 627,36	250 686,23	230 515,06	175 599,09	-54 915,97		240 600,65	265 682,17	25 081,52	
Taxas	154 427,50	193 511,95	179 327,99	117 053,96	-62 274,03		186 419,97	117 751,45	-68 668,52	
Multas	45 199,86	57 174,28	51 187,07	58 545,13	7 358,06		54 180,68	147 930,72	93 750,04	
Rendimentos da propriedade	164 725,63	182 558,57	173 642,10	122 567,86	-51 074,24		178 100,34	117 108,55	-60 991,79	
Transferências correntes	9 234 485,86	9 578 808,53	9 406 647,20	9 415 183,00	8 535,80		9 492 727,86	9 449 262,10	-43 465,76	
Venda de bens e serviços correntes	3 635 258,71	1 335 426,92	1 392 452,51	1 401 475,37	9 022,86		1 363 939,72	1 291 445,11	-72 494,61	
Venda de bens	2 446 571,17	64 442,32	62 616,44	10 950,41	-51 666,03		63 529,38	9 857,94	-53 671,44	
Serviços	879 277,63	958 812,15	969 044,89	1 103 765,96	134 721,07		963 928,52	1 000 313,00	36 384,48	
Rendas	309 409,91	312 172,45	360 791,18	286 759,00	-74 032,18		336 481,82	281 274,17	-55 207,65	
Outras receitas correntes	3 028 412,17	993 560,85	940 369,27	868 317,95	-72 051,32		966 965,06	849 040,77	-117 924,29	
Receitas de capital	2 330 746,80	7 869 567,65	6 463 882,06	6 120 563,50	-343 318,56		4 459 003,17	1 291 322,78	-3 167 680,39	
Venda de bens de investimento	6,00	0,00	1 190 000,00	56 400,00	-1 133 600,00		1 150 000,00	0,00	-1 150 000,00	
Terrenos	6,00	0,00	1 190 000,00	56 400,00	-1 133 600,00		1 150 000,00	0,00	-1 150 000,00	
Habitaciones	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Transferências de capital	2 330 740,80	3 301 757,29	3 316 249,05	1 812 720,57	-1 503 528,48		3 309 003,17	1 162 471,29	-2 146 531,88	
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	2 074 268,00	1 947 432,00	2 010 850,00	973 719,00	-1 037 131,00		1 979 141,00	476 039,00	-1 503 102,00	
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	94 414,68	94 414,68		0,00	0,00	0,00	
Passivos financeiros	0,00	4 567 810,36	1 957 633,01	4 120 165,04	2 162 532,03		0,00	91 061,44	91 061,44	
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	36 863,21	36 863,21		0,00	37 790,05	37 790,05	
Rep. não abatidas nos pagamentos	14 799,35	2 051,08	8 425,22	1 840,57	-6 584,65		5 238,15	307 078,46	301 840,31	
Total receita	26 699 603,51	28 411 515,91	26 814 789,50	27 567 381,57	752 592,07		24 905 431,03	22 641 222,23	-2 264 208,80	
Receitas correntes	24 354 057,36	20 539 897,18	20 342 482,22	21 444 977,50	1 102 495,28		20 441 189,71	21 042 820,99	601 631,28	
Receitas de capital	2 330 746,80	7 869 567,65	6 463 882,06	6 120 563,50	-343 318,56		4 459 003,17	1 291 322,78	-3 167 680,39	
Despesas correntes	22 800 210,95	20 176 176,19	20 783 423,48	21 298 461,84	515 038,36		20 098 189,98	18 963 850,79	-1 134 339,19	
Despesas com o pessoal	10 880 517,88	10 536 351,00	9 890 517,31	9 431 461,82	-459 055,49		9 250 133,99	8 197 154,95	-1 052 979,04	
Remunerações certas e permanentes	8 455 875,23	8 106 942,46	7 599 992,83	6 904 109,00	-695 883,83		7 285 756,53	6 239 299,05	-1 046 457,48	
Abonos variáveis ou eventuais	564 611,92	508 910,68	250 279,09	279 992,08	29 712,99		250 279,09	196 017,88	-54 261,21	
Segurança social	1 860 030,73	1 920 497,86	2 040 245,39	2 247 360,74	207 115,35		1 714 098,37	1 761 838,02	47 739,65	
Aquisição de bens e serviços	8 097 981,19	6 375 017,09	7 535 906,44	6 412 522,58	-1 123 383,86		7 555 461,77	5 523 460,58	-2 032 001,19	
Aquisição de bens	1 998 384,14	1 508 072,95	1 810 518,83	1 284 587,34	-525 931,49		1 759 295,89	948 034,78	-811 261,11	
Aquisição de serviços	6 099 597,05	4 866 944,14	5 725 387,61	5 127 935,24	-597 452,37		5 796 165,88	4 575 425,80	-1 220 740,08	
Juros e outros encargos	496 852,39	542 027,10	838 554,93	428 629,09	-409 925,84		835 311,85	361 546,23	-473 765,62	
Resultantes do PAEL		0,00	346 786,96	29 692,44	-317 094,52		329 195,54	99 710,61	-229 484,93	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	376 543,06	383 363,62	377 042,45	164 947,54	-212 094,91		411 293,49	138 803,77	-272 489,72	
Resultantes de endividamento de curto prazo	120 309,33	158 663,48	114 725,52	233 989,11	119 263,59		94 822,82	123 031,85	28 209,03	
Transferências correntes	872 010,52	940 818,80	667 884,31	1 170 196,47	502 312,16		633 668,25	710 845,08	77 176,83	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Freguesias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	28 333,33	28 333,33	
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	3 372,17	3 372,17		0,00	0,00	0,00	
Instituições sem fins lucrativos	540 178,41	730 295,06	486 160,57	1 004 151,81	517 991,24		437 544,51	478 791,30	41 246,79	
Famílias	331 832,11	210 523,74	181 723,74	162 672,49	-19 051,25		196 123,74	83 720,45	-112 403,29	
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	120 000,00	120 000,00	
Subsídios	362 826,38	1 565 638,07	1 578 863,27	3 578 421,32	1 999 558,05		1 572 250,67	2 679 586,96	1 107 336,29	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	300 419,58	1 529 681,56	1 529 681,56	3 526 777,27	1 997 095,71		1 529 681,56	2 619 904,91	1 090 223,35	
Famílias	62 406,80	35 956,51	49 181,71	51 644,05	2 462,34		42 569,11	59 682,05	17 112,94	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Outras despesas correntes	2 090 022,59	216 324,13	271 697,22	277 230,56	5 533,34		251 363,45	1 491 256,99	1 239 893,54	
Despesas de capital	4 155 064,09	7 484 105,90	6 303 286,84	5 227 336,02	-1 075 950,82		4 864 792,85	3 934 404,55	-930 388,30	
Aquisição de bens de capital	2 057 826,11	3 747 602,06	3 320 631,58	2 955 650,26	-364 981,32		2 798 776,51	1 240 494,28	-1 558 282,23	
Investimentos	1 476 460,50	2 082 450,64	1 984 665,68	1 856 183,23	-128 482,45		1 998 217,85	513 869,97	-1 484 347,88	
Terrenos	0,00	1 796,40	0,00	56 400,00	56 400,00		0,00	0,00	0,00	
Habitaciones	8 495,17	68 884,21	38 689,69	37 586,61	-1 103,08		19 344,84	11 186,00	-8 158,84	

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO III: EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Município:

Olhão

Data:

29/01/2015

Descrição	Valores apresentados em candidatura			Valores Executados 2013	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores candidatura	Valores Executados 2014	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação
	Valores apurados						Valores estimados PAF			
	2011	2012 total	2013 total				2014			
Edifícios	527 402,41	836 550,13	779 681,63	1 030 871,93	251 190,30		808 115,88	95 024,95	-713 090,93	
Construções diversas	77 423,93	187 470,96	206 950,71	159 205,91	-47 744,80		197 210,83	95 055,55	-102 155,28	
Outros	863 138,99	987 748,95	959 343,65	572 118,78	-387 224,87		973 546,30	312 603,47	-660 942,83	
Locação financeira	9 782,89	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Bens de domínio público	571 582,72	1 665 151,42	1 335 965,90	1 099 467,03	-236 498,87		800 558,66	726 624,31	-73 934,35	
Transferências de capital	353 419,00	421 065,50	387 362,10	247 364,58	-139 997,52		314 875,69	35 768,39	-279 107,30	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Freguesias	85 620,00	149 574,00	146 343,00	158 320,00	11 977,00		97 958,50	0,00	-97 958,50	
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	9 584,58	9 584,58		0,00	1 268,39	1 268,39	
Instituições sem fins lucrativos	267 799,00	271 491,50	241 019,10	79 460,00	-161 559,10		216 917,19	34 500,00	-182 417,19	
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Activos financeiros	0,00	1 747 500,00	742 500,00	68 750,00	-673 750,00		0,00	885 000,00	885 000,00	
Passivos financeiros	1 743 818,98	1 567 938,34	1 852 793,16	1 955 571,18	102 778,02		1 751 140,65	1 773 141,88	22 001,23	
Resultantes do PAEL			322 638,58	250 898,50	-71 740,08		340 230,00	282 615,52	-57 614,48	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	1 743 818,98	1 567 938,34	1 530 154,58	1 704 672,68	174 518,10		1 410 910,65	1 490 526,36	79 615,71	
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Total despesa	26 955 275,04	27 660 282,09	27 086 710,32	26 525 797,86	-560 912,46		24 962 982,83	22 898 255,34	-2 064 727,49	
Despesa corrente	22 800 210,95	20 176 176,19	20 783 423,48	21 298 461,84	515 038,36		20 098 189,98	18 963 850,79	-1 134 339,19	
Despesa de capital	4 155 064,09	7 484 105,90	6 303 286,84	5 227 336,02	-1 075 950,82		4 864 792,85	3 934 404,55	-930 388,30	
Saldo (Receita - Despesa)	-255 671,53	751 233,82	-271 920,82	1 041 583,71	1 313 504,53		-57 551,80	-257 033,11	-199 481,31	

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

QUADRO IV: MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP (DÍVIDA EM 31 DE DEZEMBRO)

Município:

Olinda

29/01/2015

(euros)

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO											
Descrição	Valores apresentados em candidatura			Valores Executados 2013	Desvio	Oservação / Justificação	Valores candidatura 2014	Valores Executados 2014	Desvio	Oservação / Justificação	(-)
	2011	2012	2013								
Dívida de Curto prazo	13 625 449	7 002 612	9 040 942	4 324 347	-4 716 595		8 969 101	2 886 440	-6 082 661		
Empréstimos de CP					0				0		
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP					0				0		
Outra	13 625 449	7 002 612	9 040 942	4 324 347	-4 716 595		8 969 101	2 886 440	-6 082 661		
Fornecedores c/c	4 190 457	2 546 402	4 199 029	990 048	-3 208 981		4 119 218	430 656	-3 688 562		
Fornecedores de imobilizado c/c	5 661 956	2 063 375	1 719 258	3 262 304	1 543 046		1 686 580	2 119 685	433 105		
Estado e Outros Entes Públicos	47 143	10 499	0	51 427	51 427		0	170 995	170 995		
Clientes, contribuintes e utentes	30 237	30 237	0	0	0		0	30 237	30 237		
Administração autárquica	2 533 634	1 867 954	2 723 088	0	-2 723 088		2 771 331	0	-2 771 331		
Outros credores	1 162 022	484 145	399 567	20 567	-379 000		391 972	134 868	-257 104		
Subtotal Curto prazo	13 625 449	7 002 612	9 040 942	4 324 347	-4 716 595		8 969 101	2 886 440	-6 082 661		
Dívida de Médio e longo prazo	20 228 400	25 895 589	24 042 797	20 902 018	-3 140 779		22 291 656	19 219 937	-3 071 719		
Empréstimos	20 228 400	25 895 589	24 042 797	20 902 018	-3 140 779		22 291 656	19 219 937	-3 071 719		
No âmbito do PAEL		6 525 443	6 202 805	3 815 309	-2 387 496		5 862 575	3 532 694	-2 329 881		
Outros empréstimos de médio/longo prazo	20 228 400	19 370 146	17 839 992	17 086 708	-753 284		16 429 081	15 687 243	-741 838		
Outra	0	0	0	0	0		0	0	0		
Fornecedores c/c					0				0		
Fornecedores de imobilizado c/c					0				0		
Estado e Outros Entes Públicos					0				0		
Clientes, contribuintes e utentes					0				0		
Administração autárquica					0				0		
Outros credores					0				0		
Subtotal Médio e longo prazo	20 228 400	25 895 589	24 042 797	20 902 018	-3 140 779		22 291 656	19 219 937	-3 071 719		
Total da dívida	33 853 849	32 898 201	33 083 739	25 226 364	-7 857 375		31 260 757	22 106 377	-9 154 380		
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	598 203	419 956	0	323 077	323 077		0	126 576	126 576		
Total da dívida de natureza orçamental	33 255 646	32 478 245	33 083 739	24 903 288	-8 180 451		31 260 757	21 979 801	-9 280 956		

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP																		
Descrição	Valores apresentados em candidatura						2013		Desvio		Valores candidatura		2014		Desvio		(-)	
	2011		2012		2013		Valores Executados		Desvio		2014		Valores Executado		Desvio		(-)	
	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	2013 total (1.º sem. apurado + 2.º sem. estimado)		Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros
SERVIÇO DA DÍVIDA EMLP																		
No âmbito do PAEL					322 639	346 787	250 899	29 692	-71 741	-317 095	340 230	329 196	282 616	99 711	-57 614	-229 485		
Outros empréstimos de médio/longo prazo	1 743 819	376 543	1 567 938	383 364	1 530 155	361 677	1 704 673	164 948	174 518	-196 729	1 410 911	377 375	1 490 526	138 804	79 615	-238 571		
Total	1 743 819	376 543	1 567 938	383 364	1 852 794	708 464	1 955 571	194 640	387 633	-188 724	1 751 141	706 571	1 773 142	238 514	22 001	-468 057		0